

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

CARNEIRO, Fernando Luiz Lobo Barbosa. Fernando Luiz Lobo Barbosa Carneiro (depoimento; 1988. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988. 61 p. dat. ("Projeto Memória da Petrobrás")

Lobo Carneiro*
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

* Fernando Luiz Lobo Barbosa Carneiro

Esta Entrevista foi realizada na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000

1000

1000

1000

ficha técnica:

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos e José Luciano de
Mattos Dias

levantamento bibliográfico e roteiro: Plínio de Abreu Ra-
mos e José Luciano de Mattos Dias

conferência da transcrição: José Luciano de Mattos Dias

sumário: José Luciano de Mattos Dias

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: José Luciano de Mattos Dias

técnico de som: Clodomir de Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro

data: março de 1988

duração: 2 hs.

fitas cassete: 02

páginas datilografadas: 61

SUMÁRIO

Entrevista: Atuação no CNP a convite do general Horta Barbosa (1939); estágio na refinaria da ANCAP em Montevideu (1939); desempenho do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) no período anterior à criação do CNP; conflito entre o DNPM e Oscar Cordeiro em torno da existência de petróleo na Bahia; experiência no Uruguai e volta ao Brasil; posição ambígua de Vargas quanto à política do petróleo; a refinaria da Standard Oil em São Paulo; retorno ao INT; atribuições do CNP; saída de Horta Barbosa e nomeação de João Carlos Barreto para a presidência do CNP (1943); a posição de Getúlio com relação ao petróleo (1939 e 1950); relação entre a Constituinte de 1946 e a elaboração do Estatuto do Petróleo em 1947; o artigo sobre a questão do petróleo publicado no Jornal de Debates (1946); conferências no Clube Militar e no Clube de Engenharia; início da Campanha do Petróleo e movimento estudantil; posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB): a tese da burguesia nacional; reunião com dirigentes do PCB; o projeto de Carlos Marighela; conversa com Prestes; o papel da União Democrática Nacional (UDN) no início da campanha; a defesa do entrevistado na Câmara por Aliomar Baleeiro; na presidência da comissão de estudos do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo: análise do Estatuto do Petróleo (1947); obstrução do Estatuto e atuação de Mário Bittencourt Sampaio na compra das refinarias; aspectos do Estatuto; conversas com Juarez Távora sobre o problema do petróleo e sua possível relação com a Guerra da Coreia; falhas do projeto de Rômulo Almeida; o substitutivo da UDN: Bilac Pinto e Maurício Joppert; o problema das ações preferenciais no projeto enviado por Vargas; a defesa do substitutivo na Câmara; atuação de Artur Bernardes: sua visão de nacionalismo: a Ação Integralista Brasileira (AIB) na Campanha do Petróleo; situação política da Câmara; o Acordo Parlamentar de Junho de 1952: composição; as propostas de Getúlio para negociar a aprovação do substitutivo da UDN e as concessões já feitas a particulares; aceitação, por Getúlio, das condições para um acordo; conflito com Carlos Lacerda; ruptura de Matos Pimenta com a Campanha do Petróleo (1949); os radicalismos da campanha; a aprovação, na Câmara, do projeto da Petrobrás e seu envio ao Senado; as emendas dos senadores Oton Mader e Ismar de Góis: o veto da Câmara; participação popular: o episódio da praça Marechal Floriano, no Rio, e o comício em Santos; viagens pelo Nordeste; defesa de Juscelino, fechamento da LEN; criação do jornal Emancipação após o rompimento com o Jornal de Debates; a viabilidade da Petrobrás; o problema das ações e a discussão sobre a concepção de empresa; a necessidade do monopólio na distribuição em grosso; relação da Petrobrás com a Coppe-UFRJ na elaboração dos programas de computador para análises de estruturas off-shore; os congressos sobre engenharia off-shore realiza-

dos em Londres; o estudo das plataformas; a Petrobrás no cenário internacional; utilização da experiência inglesa e norueguesa para a exploração em águas profundas; a solução do xisto betuminoso; os mitos da campanha: Monteiro Lobato, Oscar Cordeiro, o petróleo em terra no Brasil, a "cimentação dos poços", a turfa etc; o petróleo no mar e a atuação da Petrobrás; as perspectivas de auto-suficiência: Campos e Santos; os contratos de risco: a necessidade de sua extinção; para o futuro: monopólio da distribuição em grosso e fim do jogo das ações na Bolsa.

Entrevista: 3.03.1988

P.R. - Dr. Lobo, em que época o senhor foi convidado pelo general Horta Barbosa para ingressar na equipe técnica do Conselho Nacional do Petróleo?

F.C. - Bom, para responder a essa pergunta, eu posso remontan-
tar à criação do próprio Conselho Nacional do Petróleo. Muitas
pessoas pensam que sou um especialista em petróleo; não
sou. Sempre fui na minha vida engenheiro estrutural, sempre
me ocupei de estruturas de concreto armado, de pontes, ensinei
aqui na escola* resistência dos materiais. Nunca fui propriamente
geólogo ou especialista em petróleo. Então, quando eu estava no
último ano do meu curso de engenharia, fiz estágio no escritório
de cálculo em concreto armado Emílio Baumgarten, e fui contratado
em seguida como pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia
no mesmo ramo: estruturas, concreto armado etc. Isso foi quando eu
me formei, em 1935.

Em 1939 - eu já estava portanto há quatro anos no Instituto
de Tecnologia, já tinha até produzido trabalhos, publicações
sobre concreto - recebi um telefonema do general Horta Barbosa,
que era meu primo, me chamando ao Conselho Nacional do Petróleo -
isso foi mais ou menos em maio de 39. O Conselho Nacional do
Petróleo tinha sido criado com base numa idéia do general Horta
Barbosa, que era, se não me engano, subchefe do Estado-Maior do
Exército. Ele, juntamente, com um primo, que era meu tio,
Barbosa Carneiro**, secretário executivo do Comércio Exte-

* Escola de Engenharia da UFRJ.

**Embaixador Júlio Barbosa Carneiro.

rior*, prepararam um projeto de lei e convenceram o presidente Getúlio a adotar essa idéia. Getúlio deu todo o apoio na ocasião e o assunto teve que ser tratado até em segredo, secretamente, porque se extravasasse seria barrado, uma vez que a maioria dos ministros do governo era contra a idéia, inclusive o ministro da Fazenda. Criou-se assim, por um decreto o Conselho Nacional do Petróleo, e o primeiro presidente foi o general Horta Barbosa.

Horta Barbosa, então, me chamou ao Conselho e disse: "Eu quero requisitá-lo do Instituto de Tecnologia para o Conselho Nacional do Petróleo." Eu digo: "Mas, general, eu não entendo nada de petróleo, não sou químico." Ele disse: "O problema não é de química" - nisso ele estava certo - "o problema é outro que se chama engenharia química. Eu quero construir refinarias no Brasil e preciso ter engenheiros que entendam da manutenção, das maquinarias das refinarias, dos projetos de refinarias etc. Não se trata de química do petróleo. Você está me dizendo que não entende nada! No Brasil não tem ninguém que entenda nada, nós precisamos começar. Eu decidi enviar várias pessoas, entre engenheiros e químicos, ao Uruguai e à Argentina." Ele tinha acabado de fazer uma visita à ANCAP, refinaria de petróleo do Uruguai, em Montevideu, e à YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales, na Argentina, voltara entusiasmado como que havia visto lá e convencido da seguinte tese: que nós devíamos construir refinarias imediatamente mesmo antes de termos petróleo, porque era possível construir refinarias - as refinarias não são

* Conselho Federal de Comércio Exterior.

construídas pelos trustes do petróleo, são alambiques, são fornos, são bombas, etc. - e também era possível adquirir petróleo em vários países, inclusive aqui na América do Sul, no Equador, na Venezuela etc. Então ele achava que devia-se começar construindo refinarias para todo o consumo do Brasil, e depois, com o lucro dessas refinarias, desenvolver a pesquisa de petróleo. Eu disse a ele: "Bem, se é assim..." "Eu vou mandar ao Uruguai você, engenheiro, e um químico, Fábio Nunes Leal." Aceitei aquilo, um pouco, assim, forçado por ele, e ele me disse outro argumento: "Eu preciso ter pessoas em que possa confiar. Acabei de ter uma discussão no meu gabinete, entre o dr. Avelino de Oliveira e o dr. Domingos Fleury da Rocha, ambas pessoas honestíssimas, em que tenho toda confiança!" - foi o que ele me disse. "Mas eles tinham posições opostas sobre se eu devia furar ou não furar um certo poço. E eu não tenho elementos, também não sou especialista em petróleo, e não sei em qual dos dois acreditar - não tenho motivo para desconfiar de nenhum dos dois. Então preciso ter pessoas em que eu confie. Em você - eu acompanho sua vida desde menino - sei que posso confiar, que você não vai me mentir." Foi esse o argumento.

Então eu fui para o Uruguai, lá passei de abril de 39 até o início de 40 trabalhando na refinaria da ANCAP no que se chama hoje engenharia química. Estudei muito engenharia química, estudei escoamento de líquidos viscosos, bombeamento, torres de fracionamento, balanço térmico de, enfim, estudei como se fazia o projeto de uma refinaria para poder trabalhar em manutenção.

J.D. - Mas o senhor não acha que havia também uma conotação política, já que a refinaria uruguaia era uma refina-

ria estatal? Não havia intenção do general Horta Barbosa em formar já...?

F.C. — Claro, claro! A idéia dele já era estatal nessa época. Confesso que para mim era novidade, porque eu era estudante de engenharia, ocupado no concreto, nunca tinha pensado nessa coisa de estatal, não-estatal. Mas nessa época, ele e o capitão, depois general Ibá Meireles, que era seu chefe de gabinete, foi um de seus maiores assessores, disseram o seguinte: que o Uruguai era um exemplo, porque tinha uma refinaria totalmente estatal, não havia tido problema para construí-la - havia sido construída pela Foster Wheeler Corporation, uma grande firma de engenharia americana, que não era subsidiária de nenhum truste de petróleo, era uma firma de engenharia. Além disso, eles não tiveram nenhuma dificuldade em importar petróleo bruto, de modo que eram um exemplo. E na Argentina, a YPF; ele voltou muito influenciado pelo general Mosconi: O general Mosconi, diziam, foi o mentor intelectual dele, quer dizer, ele aplicou aqui as idéias que lhe foram dadas pelo general Mosconi.

J.D. — A refinaria uruguaia também era ligada à administração militar ou era estritamente civil?

F.C. — Não, no Uruguai não existia exército, era um país sem forças armadas. Era civil, puramente civil. Na Argentina é que havia o general Mosconi. Eu estive no Uruguai e assisti inclusive o episódio da explosão do navio Graf Spu, em frente a Montevideu.

J.D. — O senhor mencionou um outro ponto importante, que é o fato de o Conselho Nacional do Petróleo ter sido cria-

do numa situação em que já existia um órgão anterior que tratava dessas coisas, que era o DNPM. E o senhor mencionou também o conflito e uma certa incapacidade do DNPM para decidir, para gerar decisões.

F.C. — As atribuições do Departamento de Produção Mineral eram muito restritas: era só pesquisa de petróleo. Ele não tinha nenhuma atribuição de controlar, por exemplo, o abastecimento nacional do petróleo, os preços, o transporte, nada disso. O Conselho do Petróleo foi criado com essa idéia, de assegurar o abastecimento nacional do petróleo e de uniformizar os preços do petróleo em todo o país.

J.D. — Mas de qualquer forma o DNPM tinha uma posição de poder. Durante todo o processo de descoberta do petróleo o DNPM foi uma instância importante em decidir se havia ou não, em permitir ou não. Como o DNPM se relacionou com o CNP, recentemente criado?

F.C. — Pela legislação anterior, que chamava-se a legislação nacionalista, a pesquisa e a lavra só podiam ser realizadas por empresas cujos acionistas fossem brasileiros natos, brasileiros natos. Sobre a refinação, o transporte, o comércio, a legislação nada dizia. Mas ela também não dava poderes ao DNPM para, ele próprio, explorar o petróleo. O DNPM se limitava a dar as concessões a quem pedia - verificava se eram brasileiros natos ou não e dava as concessões -, era chamado para opinar se havia petróleo ou não, se se justificava ou não dar uma concessão.

Foi aí que houve o conflito com Oscar Cordeiro, de que eu já falei antes da entrevista, mas posso esclarecer. Ainda no Conselho Nacional do Petróleo, eu fiz junto com o general Horta Barbosa várias viagens à Bahia. E

uma vez fomos especialmente visitar o Oscar Cordeiro, de modo que conheci o Oscar Cordeiro - Oscar Cordeiro era o presidente da Bolsa de...

J.D. - ...Mercadorias.

F.C. - ...Mercadorias em Salvador. Houve um engenheiro chamado Manuel Inácio Bastos que falou a ele sobre ocorrências, manchas de petróleo numa certa região que se chamava Lobato - não tinha nada a ver com Monteiro Lobato, era mera coincidência. Ele então furou uma cacimba, um poço, e toda manhã encontrava uma mancha de óleo em cima. Os técnicos da Produção Mineral foram lá, fizeram furos e bateram no cristalino um pouco abaixo, quer dizer, no gnaisse, portanto, cientificamente ou geologicamente não podia haver petróleo ali.

Mais tarde, quando o general Horta Barbosa contratou o serviço de geofísica de uma firma americana, cujo presidente era o filho do Herbert Hoover, o Herbert Hoover Junior - eu conheci muito bem esse homem -, essa firma de geofísica levantou o subsolo e descobriu que havia uma falha. Então o petróleo não estava na vertical da cacimba do Oscar Cordeiro, estava muito longe daquilo, mas ele migrava ao longo dessa falha, e dava uma exsudação lá em cima.

De modo que pode-se dizer que Oscar Cordeiro tinha razão e que, se não todos, pelo menos grande parte dos técnicos da Produção Mineral também tinha razão. Mas começaram a haver acusações mútuas. Os técnicos da Produção Mineral diziam que o Oscar Cordeiro era um falsário, porque ele colocava o petróleo de noite, levava uma latinha e derramava ali, para no dia seguinte chamar o repórter e

mostrar. Ele ficava indignado, porque não era verdade, e começou a acusar esses engenheiros de estarem vendidos aos trustes, de serem desonestos. Então criou-se uma situação de incompatibilidade, até que o Sílvio Fróis Abreu, do Instituto de Tecnologia, que era a repartição onde eu trabalhava, constatou que aquilo realmente era petróleo, que não era jogado pelo Oscar Cordeiro, que o petróleo não estava ali, ele migrava até ali por uma fissura ao longo da falha. É isso.

J.D. — O senhor podia voltar então à sua experiência de trabalho no Uruguai?

F.C. — Bem, eu trabalhei, no Uruguai. Você sabe que no ano passado houve uma homenagem ao professor Júlio Ricaldoni, engenheiro e professor de engenharia que completou 80 anos? Eu estive em Montevideu e fiquei muito emocionado, porque fui visitar a refinaria e ainda encontrei o local onde eu trabalhava: era ao lado da unidade topping - topping, destilação primária do petróleo -, na sala de controle. Eu cheguei a comandar durante toda uma tarde o funcionamento da torre de fracionamento. A gente recebia de hora em hora amostras da gasolina produzida, e ia corrigindo as temperaturas da torre através de um painel de controle com ar comprimido - nesse tempo não era eletrônico, era trabalhado a ar comprimido, a gente movia os botões etc. Trabalhei lá durante esse tempo todo procurando correr todas as seções da refinaria, e, terminado esse estágio, voltei para o Conselho do Petróleo. Aí é que houve a tal entrevista com Getúlio.

J.L. — Então conte para nós o prosseguimento de sua experiência no CNP, principalmente o acontecimento com a refinaria, a pseudo-refinaria montada pela Standard Oil.

F.C. - Ah, isso vem depois. Bom, quando voltei ao Brasil, eu e o químico Fábio Nunes Leal - havia outros na Argentina; devo dizer que também estive na Argentina, na refinaria de La Plata, mas não foi um estágio, foi uma visita - , o general me disse: "Olhe, estou com um problema muito grave, porque o presidente, que me dava apoio total, agora está cheio de dúvidas. Eu queria levar vocês ao presidente para ver se ele se convence." O general tinha projetado fazer uma grande refinaria onde é Duque de Caxias, já tinha até projeto e preço com essa firma Foster Wheeler e Mekellog.

J.D. - Já em 39.

F.C. - Já nessa época. Se tivesse sido construída nessa época a refinaria, seria a atual refinaria de Duque de Caxias. Naturalmente que não com a capacidade atual, porque era de dez mil barris por dia - o consumo do Brasil na época da Campanha do Petróleo mal chegava a 40 mil barris por dia. Ele queria construir essa refinaria, estava com tudo armado e não conseguia as verbas, o governo estava desconversando, tirando o corpo fora.

Então nós fomos ao Getúlio no Palácio do Catete, o Getúlio me fez uma série de perguntas, fez outra série de perguntas ao Fábio Leal, e as perguntas eram sempre dirigidas no sentido de pôr em dúvida a viabilidade do plano do general Horta Barbosa. A gente notava isso. No final ele virou-se, botou a mão no general e disse: "É (inaudível) , seu general?" - eu me lembro até hoje como se ele tivesse falando!* "Meu general, o Brasil é um país muito diferente do Uruguai. O Uruguai é um país pequeni-

* O entrevistado imita Getúlio nas falas atribuídas ao presidente.

no, unitário; o Brasil é um país que é um continente! Não é tão fácil aplicar essa solução do Uruguai ao Brasil." O general disse: "E a YPF da Argentina?" "Eu estou seguramente informado, meu general, que o governo argentino tem tido tais prejuízos com esta YPF que está estudando a possibilidade de contratar a Standard Oil para dirigi-la." Isso foi o que o Getúlio nos disse, compreendeu? Quer dizer que ele estava realmente sob a influência de outros ministros que eram contra o plano do general.

A coisa foi-se agravando a tal ponto que, em 1943, o general pediu demissão, porque viu que era impossível. No final de 1941 eu procurei o general e disse: "General, minha especialidade não é petróleo. Eu vim aqui para atender a um apelo seu. Agora, está se vendo que essa refinaria não vai ser construída! Eu estou aqui apenas informando processos burocraticamente. Então eu queria pedir para voltar para o Instituto de Tecnologia, porque sou por vocação pesquisador. Se algum dia o senhor conseguir realizar o plano, eu o atenderei, se quiser estarei à sua disposição. Mas não queria continuar aqui sem fazer nada." Ele concordou e me deixou voltar para o Instituto de Tecnologia.

Mas, nesse intervalo, ele me pediu para, junto com um outro, ir à São Paulo examinar uma pequena refinaria que a Standard Oil alegava ter construído e que estava pronta para funcionar. Nesse caso, ela teria o direito adquirido. Pela legislação, ela teria o direito adquirido, porque tinha sido dado um prazo de seis meses, até seis meses haveria direitos adquiridos - foi o caso da refinaria Ipiranga, no Rio Grande do Sul, que ficou com direito adquirido.

Então fui a São Paulo, e me orgulho muito de dizer que isto foi uma das coisas mais importantes que já fiz na minha vida. Fui a São Paulo e não existia refinaria nenhuma! Era uma verdadeira farsa! Havia um alambique que se usa em campos de petróleo para destilar um pouco de querosene, uma coisa assim; não era uma refinaria. A capacidade não era de dois mil barris por dia, como eles diziam; se não me engano era de 200 barris por dia, não estou seguro desse número. Ao lado da refinaria havia uma porção de tanques, que eles diziam que era o parque de tanques de armazenamento. Nós mandamos encher os tanques com água e o primeiro que foi enchido tombou, virou de lado, porque os tanques não tinham fundação, tinham sido colocados sobre o terreno apenas para dar a impressão de que ali havia uma refinaria com um parque de tanques. Então nós demos a opinião, no relatório ao general, de que não existia nenhuma refinaria, que aquilo era uma farsa! Isso foi muito importante, porque se a Standard Oil tivesse ficado com o direito adquirido, ela ia poder aumentar essa refinaria - não havia nenhuma restrição quanto a aumentos de capacidade - e dominaria o mercado de refinação no Brasil.

J.D. - Havia outros projetos privados de refinarias? O senhor teve conhecimento à época de outros projetos privados?

F.C. - Não, nessa época era só o da Standard. Havia a refinaria Ipiranga no Rio Grande do Sul, que era nacional, era brasileira, era puramente brasileira. Mas não havia nenhum projeto. Projetos, houve depois. Eu, então, recebi a visita, no Conselho Nacional do Petróleo, do diretor da Standard Oil Company of Brazil, que me pediu para ver

a cópia do relatório que eu tinha feito. Eu disse: "Não posso lhe dar a cópia, isso é uma coisa confidencial!" "Mas eu já conversei com o general Horta e ele autoriza!" Eu digo: "Não pode ser, não posso lhe dar a cópia, o senhor me desculpe." "Olha, eu queria lhe dizer outra coisa: o senhor é um homem de grande valor, nós temos informações sobre o senhor, mas o senhor vai se fossilizar na burocracia! O senhor devia vir trabalhar conosco, nós lhe levamos aos Estados Unidos." Enfim, ele me abriu uma perspectiva de ter um bom emprego na Standard Oil, e foi uma das coisas que me fez depois entrar na Campanha do Petróleo. Porque eu não tinha a menor idéia do que fosse truste de petróleo, ou que fosse monopólio estatal, nada disso; era puramente um técnico de estruturas. Então houve esse episódio.

J.D. — Eu queria lhe fazer uma pergunta sobre a estrutura do CNP: O CNP na época já era um órgão com atribuições definidas?

F.C. — O Conselho Nacional do Petróleo tinha atribuições definidas no que se referia ao abastecimento nacional do petróleo. Foi ele que fez a primeira lei sobre o imposto único, porque a diversidade de preços era enorme no Brasil, era enorme! O Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal, tinha mostrado, através de uma representação ao governo, que os preços no Distrito Federal eram muito mais altos sem ter nenhum motivo. Então o CNP foi criado com esta atribuição, mas ao mesmo tempo ele tinha atribuições para pesquisar petróleo. Ele, então tomou a si essa pesquisa na Bahia, e foi descoberto o primeiro poço produtor, que foi o poço 163.

Ao ser descoberto esse primeiro poço produtor, o

general Horta fez um decreto, que o Getúlio também aprovou, criando uma região, num raio de 60 km em torno desse poço, que seria explorada pelo Conselho Nacional do Petróleo. Isto foi a origem, vamos dizer, o embrião da futura Petrobrás. E o Conselho do Petróleo partiu para a perfuração nessa área. Mas a idéia de fazer a refinaria e com seus lucros pesquisar petróleo foi sepultada, porque inclusive veio a guerra. Não havia nenhuma condição! Além desse pessimismo em que estava o presidente, de ele estar muito trabalhado com informações falsas sobre a YPF e outras coisas, veio a guerra, quer dizer, não teria sido mesmo possível continuar. O general voltou para o Exército e eu voltei para o INT. Aí, a direção do Conselho do Petróleo caiu nas mãos de um outro general, que não tinha nenhuma idéia de monopólio estatal, e dessa direção saiu o anteprojeto do Estatuto do Petróleo.

P.R. — Era o João Carlos Barreto, não é?

F.C. — O João Carlos Barreto.

P.R. — Mas na época em que o Getúlio demonstrou essa vacilação, ocorrida durante a visita que o senhor e o general Horta Barbosa fizeram a ele, já havia ocorrido a manifestação de Lobato, não é?

F.C. — O poço produtor de Lobato? Já.

P.R. — E o Getúlio, independente disso, manteve a sua ambigüidade em relação ao problema?

F.C. — Manteve. Na campanha eleitoral do Getúlio em 51*,

* Engano do entrevistado; Getúlio foi eleito em outubro de 1950, e sua campanha se desenvolveu de agosto ao final de setembro do mesmo ano.

não se conseguiu que ele dissesse uma palavra francamente a favor do monopólio estatal. O mais parecido que ele deu, até tomei nota: "O petróleo deve ser organizado, deve ser explorado por organizações sobretudo brasileiras, e se possível com forte participação do Estado." O texto da Petrobrás era justamente nessa base. Não se pode dizer que fosse um estatuto do petróleo, mas era na base de uma coisa, assim, não muito radical, compreendeu? Não muito radical. Quer dizer, "sobretudo brasileira" - isso apareceu no projeto da Petrobrás, que não era cem por cento brasileira, ela poderia ter como acionistas preferenciais empresas organizadas no país, portanto empresas, filiais de empresas estrangeiras; e "se possível com forte participação do Estado" - no projeto da Petrobrás o Estado entrava no capital inicial com 51%, mas o projeto não dizia que nos aumentos de capital ele tinha que manter sempre 51%. Quer dizer, era uma posição...

J.D. - ...Sempre ambígua.

F.C. - É, vamos dizer, ambígua! Uma posição de meio termo, enfim, de conciliação. Eu tenho aqui uma entrevista do Rômulo de Almeida em que ele dá uma explicação para isso - Rômulo de Almeida foi o autor do projeto da Petrobrás.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

F.C. - Na entrevista dada pelo Rômulo de Almeida em 1º de outubro de 78 ao jornal Estado de São Paulo, ele escreve toda a elaboração do projeto e diz: "O projeto inicial, o projeto 1.516, de 1951, juridicamente não previa monopólio,

por várias razões. Uma dessas razões era política: levantar o problema naquele momento causaria o bloqueio do projeto antes de ser vencedor. A segunda era a razão que poderíamos chamar de política internacional: nós admitíamos a possibilidade que a Petrobrás se concretizasse como empresa de petróleo que pudesse ter concessões na Bolívia e no Peru. Assim, achávamos que, se eu colocasse uma cláusula de monopólio estatal, criaríamos dificuldades nas negociações." Esta explicação do Rômulo de Almeida é apenas para confirmar que o projeto realmente não correspondia ao monopólio estatal.

P.R. — Dr. Lobo, a resolução de Dutra de remeter ao Congresso o Estatuto do Petróleo, que foi organizado lá pelo Odilon Braga, João Carlos Barreto, e outros, foi decorrência de o assunto já ter sido levantado na Constituinte de 46?

F.C. — Olha, foi possibilitada, possibilitado, porque a legislação anterior à Constituinte de 46, que era chamada a legislação nacionalista, dizia que a pesquisa e a lavra do petróleo deviam ser concedidas somente a empresas constituídas por brasileiros natos. E a Constituição de 46 substituiu por empresas organizadas no Brasil. Nada dizia sobre refinação, nem coisa nenhuma. Era só procura de petróleo e extração de petróleo. Então empresa organizada no Brasil pode ser uma empresa estrangeira, a Standard Oil Company of Brazil. Isso possibilitou, então, dentro da nova Constituição de 46, uma lei do tipo do Estatuto do Petróleo, que foi uma lei que deu origem ao início da Campanha do Petróleo. Diz o general Leitão de Carvalho que ele considera que o início da campanha se deu num artigo que escrevi no Jornal de Debates em agosto de 46. Eu man-

dei ao Matos Pimenta um artigo levantando vários problemas e, baseado naquele artigo, Matos Pimenta abriu um debate sobre o problema do petróleo no Jornal de Debates em agosto de 47. Nessa época, começaram a haver no Clube Militar as conferências do general Juarez defendendo o Estatuto do Petróleo e do general Horta Barbosa defendendo a tese dele. Quer dizer, foi aquele debate que deu origem realmente à grande amplitude da Campanha do Petróleo, porque mobilizou o meio militar.

J.D. — Certo. O senhor menciona esse artigo de 46, e em conversa com um engenheiro da Petrobrás que também participou da Campanha, ele mencionou uma agitação na própria Escola de Engenharia. O senhor podia precisar mais, dar mais detalhes dessa, dessa mobilização que precedeu a Campanha do Petróleo? O senhor se lembra? O que está por trás desse seu artigo de 46?

F.C. — Houve as conferências no Clube Militar, no...

P.R. — ...Clube de Engenharia, em São Paulo.

F.C. — ...Clube de Engenharia de São Paulo e na União Nacional dos Estudantes - eu mesmo fiz conferência lá. Então o movimento começou em várias frentes. Eram os militares... Aquela época foi impressionante! De vez em quando chegava um telegrama de uma guarnição hipotecando apoio ao general Horta Barbosa, dos alunos da Escola Técnica do Exército hipotecando apoio ao general Horta Barbosa. Ao mesmo tempo eram os estudantes, a União Nacional dos Estudantes, manifestações de sindicatos e, o que foi muito importante na época, de câmaras municipais. A quantidade de câmaras municipais que... hipotecavam apoio à tese do general Horta Barbosa! O que era usado, vamos dizer, como base da cam-

panha era sempre o apoio à tese do general Horta Barbosa, que era a tese que eu também defendia na época. Você me perguntou sobre uma agitação na Escola Politécnica: eu não tive conhecimento, não.

J.D. - Essa conversa que nós tivemos se referiu à movimentação estudantil.

F.C. - Isso foi mais tarde.

[FINAL DA FITA 1-A]

F.C. - Na participação estudantil, houve muitos episódios. Houve, por exemplo, um dirigente estudantil de São Paulo que, no meio do caminho, descobriu-se que, em vez de defender a tese do monopólio estatal, ele estava defendendo tese oposta e se apresentando também como dirigente da Campanha de Petróleo em São Paulo. Então deu muito problema aí.

Nessa época, o Partido Comunista não apoiou a tese do monopólio estatal. Só apoiou depois que ela adquiriu um grande apoio popular depois que a massa se apropriou da idéia, como eles diziam. Então apoiou mais por esse motivo, porque teoricamente a posição do Prestes na ocasião era da burguesia nacional, quer dizer, o petróleo não devia ser entregue aos trustes, mas devia ser entregue à burguesia nacional, aos capitais privados brasileiros. Não sei, talvez ele temesse que o monopólio estatal fosse fortalecer demais o estado burguês, dificultando a revolução. O fato é que não era simpático à tese do monopólio estatal. Depois eu tive muita aproximação com o Partido Comunista. Inclusive, quando fui eleito deputado, eu fui

apoiado, entre os candidatos recomendados por Prestes estava o meu nome. Mas nessa época eu fui chamado a uma reunião com membros da direção do Partido Comunista para expor meus argumentos a favor da tese do General Horta Barbosa. E lá estava o Prestes, o Carlos Marighela... Não, o Prestes não estava, o Prestes já estava na...

P.R. - Ilegalidade.

F.C. - ...ilegalidade. Estava o Carlos Marighela e outros, que tinham apresentado um projeto que era pior do que o Estatuto do Petróleo, porque permitia inclusive a participação de capitais estrangeiros, desde que os estrangeiros dissessem que não recorreriam à proteção de seus países de origem.

Ainda hoje eu li, o coronel Osíris disse que todos os contratos de risco têm uma cláusula dizendo que o contratante renuncia a qualquer foro estrangeiro; qualquer questão do contrato de risco com o Brasil ou com a Petrobrás terá que ser decidido segundo as leis brasileiras, em foro brasileiro. Mas o coronel Osíris disse que não acredita nisso, que acha que se por acaso foi forçado a rescindir os contratos de risco por uma decisão da Constituinte, nós vamos ter sérios problemas em cortes de justiça no exterior.

Bom, mas o projeto do Partido Comunista dizia isso, que se o estrangeiro... Então houve uma fase de hesitação, quer dizer, por um lado os militantes comunistas de base eram os mais dedicados participantes da Campanha do Petróleo, com risco de vida inclusive, enfrentando, mas a direção do partido não se manifestava.

J.D. - Como foi a sua reunião? Como ela terminou?

F.C. - Disseram que iam estudar o assunto, que iam estudar o assunto. Porém a direção nunca chegou, em época nenhuma, a ter uma definição a favor do monopólio estatal. Isto ficou implícito, quer dizer, o partido inteiro se empenhou na campanha e considerou-se que ele estava apoiando o monopólio estatal. Mas uma palavra da direção... Eu estou convencido que Prestes até hoje não é simpático a essa tese do monopólio estatal. Se for perguntar a ele, pode perguntar, ele não vai dizer que era simpático.

J.D. - Eu fui a uma cerimônia do "O petróleo é nosso", realizada recentemente, inclusive com a presença do Osiris Silva, em que foi deixado ao Prestes o último discurso. E todos os temas dos discursos, inclusive do próprio ministro Aureliano Chaves, foram no sentido favorável ao monopólio. O Prestes não disse uma palavra em favor do monopólio!

F.C. - Pois é, exatamente. Em 1978 - 68 ou 78, não me lembro - estive com ele de novo - ele voltou à legalidade, houve um período em que ele voltou à legalidade. E, na conversa, eu disse que o monopólio estatal era, inclusive muito bom, porque já deixava meio caminho preparado para o socialismo. Então, no dia em que viesse o socialismo, já encontrava o petróleo organizado num monopólio estatal. Ele disse: "Será mesmo?" Foi a única coisa que ele disse: "Será mesmo?" Eu fiquei olhando, assim, assombrado! Eu digo: "Será que a essa altura ele ainda não aceitou?" Bom, mas não se pode negar, que a força, a atuação dos militantes do partido foi decisiva na campanha, apesar dessa posição da direção. Então nunca houve essa...

J.D. - Qual era o papel de vários elementos da UDN no início da campanha? O general Euclides, que participou da

Liga Antifascista, vários deputados da UDN...

F.C. — O general Euclides Figueiredo participou desde o início da campanha, inclusive o Centro foi fundado numa Liga antifascista presidida por ele. Quando entrei na Câmara, ele já era um dos deputados que apoiavam a tese do general Horta Barbosa. Outro, que desde o início participou, foi o Breno da Silveira, que era deputado aqui pelo...

P.R. — Distrito Federal.

F.C. — ...Distrito Federal. Mas muito importante foi a atuação do Aliomar Baleeiro - já morreu, era um deputado baiano. Desde o início ele tomou uma posição muito boa na Campanha do Petróleo. Muito antes de haver aquela proposta da UDN, Baleeiro tomou uma posição muito boa. Eu me lembro que, uma época, eu estava falando, fazendo um discurso, e o senador Auro de Moura Andrade interrompeu pela ordem e requereu que a mesa providenciasse a minha cassação, porque eu tinha acabado de acusar as pessoas que tinham opinião oposta, entre as quais ele, Moura Andrade, de traidores da pátria. Não é da minha formação ficar acusando de traidor. Sempre me recusei a chamar de traidor quem não está de acordo. Admito sempre uma hipótese simpática, o sujeito não estar de acordo honestamente convencido; então a gente tem que convencê-lo.

Eu me lembro que logo que começou a Campanha do Petróleo houve um ato público. Como eu não tinha muita experiência de ato público, comecei a falar, a falar, a falar, e levantou-se um cara lá no fundo com um papel na mão e disse: "Quero que o senhor diga agora os nomes desses traidores da pátria, para a gente providenciar no momento oportuno que eles sejam pendurados no poste." Sabe

que eu fiquei assombrado com aquilo!? Eu digo: "Escuta, eu não vim aqui para mandar pendurar ninguém no poste, nem vou lhe dar nome nenhum de traidor!" "Ah, o senhor não está querendo dar nome aos bois." Aí tinha uma claquezinha em volta dele que começou a querer me vaiar: "O orador não está querendo dar nome aos bois, precisa ter coragem de dar nome aos bois." Eu digo: "Não, não é dar nome aos bois, é que eu não acho, por exemplo, que o Juarez Távora seja traidor; acho que ele é um homem que está convencido das idéias dele, vamos tentar demovê-lo!" Pouco tempo depois, verificou-se que essa pessoa que fez a interpelação era um informante, chamava-se alcagüete, do Departamento de Ordem Política e Social, quer dizer, era um provocador mandado pela polícia. Bom, mas isso foi um intervalo que eu fiz.

Mas no meu discurso, eu não tinha falado nada de traidor. Aí suspendeu-se a seção, o Nereu Ramos mandou ver as notas taquigráficas e verificaram que não tinha, nem de longe, nada que se parecesse com traidor: ou o Auro de Moura Andrade ouviu mal, ou foi de propósito. Então o Nereu Ramos disse a ele: "Sua reclamação não tem razão de ser, o nobre deputado que continue o discurso." Aí eu continuei meu discurso, que tinha sido interrompido. Quem me defendeu, enquanto se viam as notas taquigráficas, com um discurso exaltadíssimo foi o Aliomar Baleeiro! Ele disse: "Protesto contra a insinuação do deputado Moura Andrade! Eu venho acompanhando o discurso do deputado Lobo Carneiro, e toda atuação anterior dele, sou seu admirador, acho que ele está raciocinando de uma maneira muito clara e estou inteiramente de acordo com os argumentos dele!" Então Aliomar Baleeiro tomou a minha defesa! Era um homem

da UDN, mas tomou a minha defesa contra o Moura Andrade.

Mais tarde, quando uma autoridade policial mandou um telegrama aos generais presidentes de honra do Centro do Petróleo pedindo para suspenderem a realização da terceira convenção do petróleo, a pretexto que estaria visitando o país Dean Acheson, que era o...

J.D. — Secretário de Estado.

F.C. — ...secretário de Estado americano, e que poderia parecer uma coisa um pouco delicada fazer um conselho de petróleo na presença dele, um telegrama nesses termos, o Aliomar Baleeiro foi quem protestou, dizendo que era um absurdo, no momento exato em que a Câmara estivesse discutindo o problema do petróleo, que aviões americanos estivessem sobrevoando. A posição do Baleeiro era muito firme. Então tinha o Baleeiro, o Breno da Silveira... Depois vamos falar sobre o projeto da bancada da UDN vocês podem me perguntar.

P.R. — Essa autoridade policial a que o senhor se referiu era o coronel Francisco Rosas, então diretor do Departamento de Ordem Política e Social.

F.C. — Exatamente.

P.R. — Dr. Lobo, eu queria perguntar o seguinte: quando o Estatuto do Petróleo foi enviado à Câmara, logo em seguida se constituiu o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Segundo o depoimento do professor Miranda, o senhor era membro, era ligado à área de estudos do Centro.

F.C. — Eu era presidente da Comissão de Estudos. Todos os documentos do Centro era eu que redigia: análise de lei, análise de projeto do Estatuto, tudo isso fui eu quem fez.

P.R. - Quer dizer, então, que foi o senhor que analisou o Estatuto do Petróleo e mostrou aonde estavam, vamos dizer, as áreas vulneráveis do texto?

F.C. - Exatamente. A análise foi feita por mim, a que saiu, e aliás está neste artigo aqui, nessa conferência no Instituto de Engenharia de São Paulo. Então a análise foi feita, e o Estatuto do Petróleo foi derrotado completamente! Nesse tempo eu não estava na Câmara, foi uma análise, um movimento por fora. Quando o governo Dutra verificou que não havia condições de aprovar o Estatuto do Petróleo, ele cedeu à pressão de um outro grupo que havia no próprio governo, que era do DASP, do Bittencourt Sampaio, e autorizou a compra de uma grande refinaria de petróleo - a refinaria de Cubatão, de 45 mil barris por dia - com a verba do Plano Salte...

P.R. - E da frota.

F.C. - ...e da frota de petroleiros. Sendo que o Bittencourt Sampaio chegou até a ameaçar, porque a França pôs algumas dificuldades para a venda da refinaria. Ele disse: "Bom, se há dificuldades, eu vou comprar na Tchecoslováquia." - "a Tchecoslováquia era um país industrial, que produzia refinarias. Com essa ameaça de comprar na Tchecoslováquia, eles nos venderam a refinaria. Então a derrota do Estatuto foi a primeira vitória da Campanha do Petróleo, porque nem se falou mais nele, e a compra da Refinaria de Cubatão e dos petroleiros o Centro do Petróleo saudou como uma vitória parcial. Houve até faixas nas ruas dizendo: "O petróleo é nosso, graças a Dutra." Não foi a Campanha do Petróleo que botou, foi o pessoal do Dutra. Mas não se pode negar que houve essa vitória na época.

P.R. — Esse aspecto positivo, não é?

F.C. — É, positivo.

P.R. — Eu queria que o senhor focalizasse alguns aspectos negativos do Estatuto. Porque até hoje poucas pessoas no Brasil conhecem de fato quais eram os aspectos do Estatuto que permitiam o rompimento das barreiras que defendiam o monopólio.

F.C. — Mas o Estatuto não estabelecia monopólio. Ele só estabelecia uma participação, se não me engano, de 60% na indústria de refinação. Em troca disso ele permitia concessões na pesquisa de petróleo.

P.R. — Na pesquisa e na lavra.

F.C. — É, na pesquisa e na lavra. Na refinação é que ele limitava a participação estrangeira a 40%.

P.R. — Mas mesmo assim admitia.

F.C. — Eu vou lhe dizer o seguinte - eu falei há pouco tempo no Juarez Távora: nessa época eu recebi um telefonema do Juarez Távora e tive várias entrevistas com ele no Estado-Maior do Exército - ele também era subchefe do Estado-Maior do Exército, ali onde era... o Ministério do Exército. E o Juarez me deu a impressão de uma pessoa honesta - não acho que o Juarez fosse uma pessoa desonesta - mas um obstinado, compreende? Ele estava convencido de que ia haver uma guerra mundial, e que o Brasil, naturalmente, tinha que estar do lado de cá, onde estavam os Estados Unidos. Em face disso, o petróleo do Oriente Médio ia ser barrado, e nosso dever era substituir isso. Então, como não tínhamos possibilidade de produzir petróleo em tempo útil, tínhamos que aceitar a colaboração estrangei-

ra. Ele chegou a me dizer a seguinte expressão: "Nós temos que fazer isso, engenheiro Carneiro" - ele me chamava de engenheiro Carneiro - "o senhor compreende, se vier uma guerra e se nós não fizermos essas concessões, eles terão que vir buscá-las a bico de espada, porque é uma contingência da guerra. Então é melhor nós..." - essa era a idéia dele, ele era inteiramente transtornado por isso, ficava fora de si, era obcecado. Então eu discuti com ele muito tempo todos os argumentos e ele me disse: "Grande parte de seus argumentos são justos, mas você não está levando em conta a situação internacional!"

Então houve uma conferência dele no Clube Naval em que ele se referiu: "Olhem, eu tenho discutido muito com o engenheiro Carneiro, não sei se vocês conhecem, e tal." Quer dizer, havia essa idéia: o Estatuto do Petróleo era... Se não me engano, nessa minha conferência do Clube Militar* tem uma análise do Estatuto do Petróleo.

P.R. - Era a expectativa da terceira guerra mundial.

F.C. - Era a expectativa da guerra. "Concessões do petróleo podiam ser dadas por prazo de trinta anos" etc. etc. etc. "a empresas organizadas no Brasil", como estava na Constituição de 46. "A exploração das jazidas poderá ser concedida a empresas organizadas no país, mesmo com capital 100% estrangeiro" (...) "A exportação do petróleo bruto, depois de atendido o consumo nacional, será livre, desde que haja reserva conhecida suficiente para esse consumo durante três anos." - só. Em troca dessas conces-

* É provável que se trate de conferência realizada no Clube de Engenharia e não no Clube Militar.

sões, nós receberíamos royalties de 10 a 14%, quando os da Venezuela eram de 16%. Para justificar essas concessões, o projeto fazia uma única restrição, considerada pela comissão como "verdadeiro preço que cobraremos antes de conceder-lhes tudo o mais". "As empresas de refinação e transporte interno" - não para exportação - "têm que ter pelo menos 60% de suas ações com direito a voto em mãos de particulares brasileiros." - era a única restrição que tinha. Sendo que, quando já houvesse refinarias para o consumo do país, poderiam então ser construídas outras refinarias com capitais estrangeiros - era assim o Estatuto do Petróleo.

P.R. - Mas, então, em 1951, o senhor chegou à Câmara, em pleno Segundo Governo Vargas.

F.C. - É. Cheguei à Câmara e encontrei o projeto a que eu já me referi, que o Rômulo de Almeida declarou que era o autor e deu uma série de motivos para o fato de não ser monopolista.

P.R. - A mensagem de dezembro de 1951, não é?

F.C. - É. Então eu fiz uma análise desse projeto, que também foi publicada pelo Centro - existe um folheto com a análise do projeto, mostrando todas as suas brechas.

O projeto, em primeiro lugar, não estabelecia nenhum monopólio; criava uma empresa para explorar petróleo, mas não dizia, em lugar nenhum, que essa empresa tinha o monopólio da exploração do petróleo - isso não estava dito no projeto, e na legislação comum também não estava dito. Então abria brecha para, um belo dia, depois de a Petrobrás estar funcionando, se achar que seria útil criar uma outra empresa ou conceber uma outra empresa di-

ferente da Petrobrás. Quer dizer, o projeto não dizia em nenhum artigo que a Petrobrás exerceria um monopólio estatal: ele criava uma empresa, a Petrobrás.

Além disso, dizia que o governo teria que subcrever 51% do capital inicial. O projeto era muito confuso: misturava ações preferenciais, obrigações, debêntures, que poderiam, na forma que viesse a ser estabelecida em lei, ser transformadas em ações, e acionistas, que poderiam ser empresas organizadas no país, e não dizia que nos aumentos de capital, a União continuaria mantendo 51%. Quer dizer, isso abria também uma possibilidade de, no futuro, num aumento de capital, o governo ficar em minoria, em minoria! Dizia ainda que a empresa e a subsidiária poderiam se associar a outras empresas, enfim, tinha uma série de brechas.

Depois, o Soares Pereira, discutindo comigo, disse que a gente estava vendo fantasma, que aquilo era para dar flexibilidade à empresa, que a idéia do presidente Vargas, evidentemente, era criar uma empresa nacionalista, mas que tivesse flexibilidade para que, se surgissem problemas internacionais graves, ele tivesse um campo de manobra-essa foi a justificação. Se apresentasse uma empresa rígida, ele não teria um campo de manobra.

Mas a Campanha do Petróleo começou a se fazer contra essas ambigüidades do projeto. Então surgiu logo um projeto do deputado Eusébio Rocha. O deputado Eusébio Rocha era um grande lutador da Campanha do Petróleo, não há dúvida nenhuma, mas o projeto, que ele fez muito às pressas, e que foi subscrito inclusive por mim, pelo general Euclides Figueiredo e por outros, não era muito bom, não. Era um projeto mais ou menos, quer dizer, não

daria a Petrobrás que hoje está aí, compreendeu?

De repente a UDN entrou com seu projeto, que nós consideramos muito bom, tanto que o Centro do Petróleo o aprovou. O projeto da UDN, elaborado pelo deputado Bilac Pinto, criava uma empresa que tinha o monopólio estatal do petróleo, mas que não era uma sociedade de economia mista, não era uma sociedade por ações, não tinha acionistas. Então ele tomou como modelo o Eximbank, Export and Import Bank, dos Estados Unidos, que é uma agência do governo organizada como se fosse uma empresa privada, mas que só tem um acionista que é o governo. Pela nossa lei de sociedades anônimas, tem que ter pelo menos sete acionistas. Então eles fizeram um projeto criando uma empresa funcionando nos moldes de uma empresa privada, mas sem acionistas: seria uma empresa pública, uma empresa do Estado. O autor do projeto foi o Bilac Pinto, e outras pessoas tomaram parte: o Aliomar Baleeiro, o Afonso Arinos, o Maurício Joppert, que foi um dos que defenderam o projeto tecnicamente, inclusive no Clube de Engenharia - Maurício Joppert era meu colega, nós tivemos muita briga, mas ele apoiou o monopólio estatal - o Coelho de Sousa, o Breno da Silveira e, no Senado, o senador Matias Olímpio. Então esse projeto foi apresentado, e o Centro do Petróleo o apoiou.

J.D. - Inclusive na forma de empresa estabelecida por ele, ou seja, sem acionistas?

F.C. - Sem acionistas. Nós preferíamos esse projeto ao enviado pelo governo, porque era uma empresa de sociedade de economia mista. Vocês estão vendo que, quando se aprovou a Petrobrás - eu vou falar sobre isso -, nós fizemos muitas concessões, entre elas a existência dessas ações preferenciais sem direito de voto. Há um capitalista aí,

de origem árabe, chamado...

J.D. - Nagi Nahas.

F.C. - ...Nagi Nahas, que é um verdadeiro jogo de Bolsa! Ele compra todas as ações! Quando foi a época da declaração do Imposto de Renda, ele vendeu as ações todas para um sócio, então não constaram do Imposto de Renda dele, e três dias depois ele recomprou. Quer dizer, é um jogo de Bolsa muito suspeito, todas as ações da Petrobrás em posse de uma mesma pessoa! Essa mesma pessoa que já foi o representante do rei da Arábia Saudita nos Estados Unidos para comprar prata e que ficou proibida de entrar no país porque fez negócios escusos. É um negócio que eu acho muito estranho! São coisas na Petrobrás - que enfraquecem a empresa!

A lei de sociedades anônimas diz que, quando uma empresa entra em crise financeira, não distribui mais dividendos etc. por prazo superior, se não me engano, a três anos, as ações preferenciais sem direito a voto passam a ter direito a voto, compreende? Então uma empresa como a que a UDN tinha feito era tecnicamente mais defendida do que uma empresa de economia mista.

Mas o projeto da UDN foi apoiado por nós, e começou a "chover" de novo: realizou-se aquela convenção do petróleo, foi um grande escândalo aquela tentativa... - coronel Rosas, é isso aí - e a coisa chegou num ponto tal que, dentro da Câmara mesmo, já havia uma frente - chamava-se Frente Parlamentar - que defendia o monopólio estatal, com deputados de todos os partidos. Eu posso citar, por exemplo, o PTB: claro, havia uma ala do PTB que era a favor do monopólio estatal e outra que contra - o Eusébio

Rocha, Lúcio Bittencourt, Plínio Coelho, Celso Peçanha, eram a favor. Do PSD tinha o Lobo Carneiro por exemplo, que era a favor, mas tinha o Daniel Faraco, que era dos mais violentos contra, e Kerginaldo Cavalcanti no Senado. Da UDN, eu já citei. O Partido Republicano tinha o Bernardes e o Euclides Figueiredo, e tinha o Campos Vergal do partido do Ademar de Barros. O Orlando Dantas foi um dos grandes... era a pessoa com quem eu mais conversava na Câmara, era o único deputado do Partido Socialista - havia Domingos Velasco no Senado e ele na Câmara e era um homem muito bom, muito honesto, que conhecia muito bem aquelas manobras. Eu não tinha muita experiência, de modo que me aconselhava muito com ele sobre a maneira de fazer questões de ordem etc. O Orlando dava a mão porque não podia ficar... - este nada tem a ver com o diretor do Diário de Notícias. Havia esse pessoal.

O Bernardes tinha participado da primeira fase da Campanha do Petróleo contra o Estatuto, e agora novamente, no projeto de lei. O Bernardes gostava muito de mim. De vez em quando ele me telefonava e a empregada dizia: "O presidente telefonou para o senhor hoje." E me convidava para ir à casa dele, naquela rua...

P.R. - Valparaíso.

F.C. - É. Mas ele era um homem... Não sei como classificar. Porque ele era um obstinado, ele era xenófobo, tinha horror a estrangeiro! Uma vez eu disse a ele: "Uma das qualidades do monopólio estatal é que não tem xenofobia, porque é do Estado, pronto! Agora, a gente fazer uma sociedade anônima dizendo que os acionistas têm que ser brasileiros natos, é uma coisa odiosa! Por que um estran-

geiro radicado no Brasil, que vive aqui há 30 anos, não pode ser acionista? Um brasileiro casado com estrangeira, não pode ser acionista. O problema não é de ser estrangeiro ou brasileiro nato, o problema é de ser do truste do petróleo ou do governo brasileiro. Então o monopólio estatal elimina essa história: não estamos mais fazendo uma coisa contra os estrangeiros, os estrangeiros [inaudível], e sim contra grandes potências financeiras que são os trustes." Mas ele não pensava assim, uma vez ele me disse: "Olha, há dois graves perigos no Brasil que vocês não estão levando em conta na Campanha do Petróleo." "Quais são, presidente Bernardes?" "Um é a hiléia amazônica," - eu nunca tinha ouvido falar na hiléia amazônica - "e o outro é o canal do Cassiquiari." Eu digo: "O que é isso?" "Ah, imagine que pretendem abrir um canal ligando o rio Orinoco ao rio Amazonas!" Eu fiquei assim... "Mas não é bom o comércio entre os dois países? O senhor tem medo que haja alguma invasão ao Brasil através desse canal? Hoje em dia a guerra é pelo ar, não precisa de canal ligando para haver uma invasão." Ele disse: "Não, você está muito enganado! Olha, os nossos antepassados afastaram nossas fronteiras," - aí ele empurrou com a mão todos os objetos que havia na mesa, caiu tudo no chão - "empurraram nossas fronteiras para Oeste, e as nossas fronteiras ficaram em lugares inacessíveis e..."

J.D. - "Insalubres".

F.C. - "...Insalubres, e assim devem ser mantidas. O Brasil deve ter suas fronteiras fechadas em lugares inacessíveis e insalubres." - era essa a mentalidade dele. No entanto ele foi um dos líderes na Campanha do Petróleo! Ele já havia tido um caso com a Itabira Iron, quer dizer, ti-

nha horror a estrangeiro! Se não me engano, um fato histórico grave que ele não apoiava na história do Brasil era a abertura dos portos. E ele retirou o Brasil da Liga das Nações, não se lembra disso? Retirou. Quer dizer, ele tinha um...

Bom, aí eu percebi que havia um grupo de extrema-direita que cercava o Bernardes, que começou a desviá-lo do petróleo, que era uma coisa que eles achavam inconveniente, para a Hiléia amazônica. Daí por diante ele passou a só falar contra o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, como se fosse a ameaça mais grave, o que não era verdade. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica era uma coisa lá da UNESCO etc. O Estados Unidos, as empresas, os trustes americanos não precisavam do instituto. Naquela época eles conseguiram o manganês do Amapá por uma lei que o Getúlio fez de 50%. Já ouviram falar nessa lei dos 50%? O Getúlio fez uma lei em 44 alterando a legislação que ele próprio tinha feito, permitindo que em casos excepcionais, ouvido o presidente da República, o conselho tal, houvesse uma participação estrangeira de 50% na exploração de jazidas minerais. E isso serviu para dar as jazidas do Amapá ao grupo Trajano...

P.R. — Antunes.

F.C. — ...Antunes com a United States Steel, e as do Uru-cum também. A explicação que deram foi que o Brasil estava em guerra e era preciso isso etc. Enfim, o fato é esse: não era preciso o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, porque havia leis permitindo...

[FINAL DA FITA 1-B]

F.C. - A propósito desses grupos de extrema-direita, eu me lembrei de contar uma história interessante: havia, dentro da Ação Integralista Brasileira, uma ala que apoiava o monopólio estatal e que se opunha à ala dirigida pelo Raimundo Padilha, que era a favor do Estatuto do Petróleo. Uma ocasião, essa ala de apoio ao monopólio estatal foi me entrevistar, eu dei uma entrevista ao jornal deles semanário A Ofensiva - vocês podem procurar que está lá uma entrevista minha defendendo a tese Horta Barbosa. E havia uns oficiais de Marinha, ligados ao Partido Integralista que apoiavam também a tese do monopólio estatal. De modo que a situação era muito complicada.

J.D. - O senhor pode descrever mais como era esse corte? Porque o senhor menciona que havia deputados contra e a favor, mas que não se dividiam segundo os partidos.

F.C. - Não, não se dividiam segundo os partidos.

J.D. - Como isto se articulava? Quais eram os nacionalismos, os vários nacionalismos?

F.C. - Havia esses deputados - eu já citei aqui os nomes dos vários partidos que apoiavam a Campanha do Petróleo. E aqui ficou muito forte, principalmente pela campanha fora da Câmara, porque dentro da Câmara não teria maioria de votos. Havia um grupo numericamente menor do que esse que defendia a tese oposta.- Daniel Faraco e outros. E havia a massa dos deputados que não se metia no assunto, não era nem pró nem contra. Bom, a coisa ficou a tal ponto complicada que um dia o Capanema chegou e disse que tinha conversado muito sobre o assunto com o Getúlio, e que o Getúlio havia dito que estávamos todos vendo fantasmas, que ele, evidentemente, pensava como nós, era a favor da

tese do Horta Barbosa, e que se nós achávamos que o projeto que ele mandou tinha tantos defeitos, ele concordava em consertar. Concordava em consertar. O Capanema, então, convocou uma reunião, que foi feita no gabinete do presidente Bernardes, da qual saiu o chamado acordo parlamentar e eu fui convidado para essa reunião. Você tem aí, por acaso, os nomes? Porque eu não consegui recapitular bem os nomes.

P.R. - Parece que o Eusébio falou a respeito disso, não foi?

J.D. - Falou, eu me lembro.

F.C. - Eu tenho os nomes mais ou menos aqui; vamos ver se coincidem com os do Eusébio.

J.D. - Esse acordo foi em junho de 52?

F.C. - Foi.

P.R. - Eu sei que entre eles estava o Lúcio Bittencourt, estava o Coelho de Sousa... Ou foi só entre as lideranças partidárias?

F.C. - Não, foi um deputado de cada partido. O Lúcio Bittencourt e o Coelho de Sousa eram a favor, não é?

P.R. - Sim.

F.C. - Então foi feita uma reunião, presidida pelo Artur Bernardes, no gabinete dele. Se não me engano, do PTB, foi o Eusébio Rocha, acho que não foi o Lúcio Bittencourt. Mas pode ter sido o Lúcio Bittencourt, eu não tenho certeza; talvez tenha sido o Lúcio Bittencourt, que era o líder. Foi o Bilac Pinto pela UDN, Orlando Dantas pelo Partido Socialista, o Campos Vergal pelo PSP, eu pelo PRT, Partido Republicano Trabalhista, e o Capanema, ele próprio,

pelo PSD. O Capanema, então, expôs as propostas que trazia do Getúlio: "Em primeiro lugar, o Getúlio concorda que se diga de saída que a Petrobrás exercerá o monopólio estatal do petróleo" - ela sozinha, não poderiam ser criadas outras empresas. "Segundo, ele concorda que se diga que o governo, em toda e qualquer situação de aumentos de capital, terá mais de 51% dos votos. E terceiro, ele concorda que se retire, dentre os acionistas particulares, as empresas organizadas no Brasil. Concorda com essas três coisas, mas exige outras três: primeiro, que se mantenha o nome Petrobrás, porque ele acha que o nome Petrobrás está ligado à pessoa dele; e segundo, que se mantenham as concessões dadas às refinarias particulares Drault Ernâni e Soares Sampaio" - que depois passou para o homem da loteria, o...

P.R. - Peixoto de Castro.

F.C. - ...Peixoto de Castro. "Ele exige que sejam dadas essas duas concessões, porque acha que é uma obrigação, são amigos dele, as concessões dessas refinarias já foram dadas, não se pode tomar. Terceiro, não incluir no monopólio a distribuição dos derivados." Nós ouvimos aquela proposta e dissemos: "Concordamos, embora a gente ache que a distribuição em grosso" - não os postos de gasolina, mas a distribuição em grosso - "devia ficar também no monopólio. Mas, enfim, em todo o caso, as duas partes têm que conceder de lado a lado. E, quanto às refinarias, concordamos que sejam mantidas as concessões, desde que elas não possam ampliar além do que foi concedido" - que era 20 mil para a de São Paulo, e dez mil para a do Rio.

P.R. - Era o chamado teto de autorização prévia, não é isso?

F.C. - É. O Capanema voltou ao Getúlio, o Getúlio concordou com isso e rapidamente se votou o projeto - foram feitas várias emendas de acordo com esse acordo parlamentar e se votou o projeto. Aqui há um episódio interessante, que eu não sei se está nas suas anotações: todo projeto de lei, depois de aprovado, tem que ter uma redação final, e há a votação da redação final. Na redação final não se pode alterar o espírito do projeto, só a forma. Quando o projeto foi posto em votação, eu apresentei uma emenda de redação. O Capanema não leu a emenda, veio para mim e disse: "Lobo Carneiro, estava tudo combinado, tudo tão certo, e você agora, à última hora, me entra com uma emenda! Vai me entornar o caldo! Eu já tive tanto trabalho para convencer uma porção de pessoas!" Eu digo: "Ô Capanema, você já leu a minha emenda?" "Não." "Capanema, eu sou engenheiro, e, como funcionário do Instituto de Tecnologia, fui durante muitos anos membro da Comissão Nacional de Pesos e Medidas, que zela pela aplicação da Lei de Pesos e Medidas. Só podem ser usadas unidades de medida do sistema legal brasileiro. Não se pode usar polegada, por exemplo; em nenhuma lei brasileira, em nenhum contrato oficial com o governo não se podem usar unidades de medida do sistema inglês. Ora, barril não é unidade de medida do sistema nacional. Então está dito que as refinarias não poderão ser ampliadas além das suas concessões atuais em barris por dia, além do limite de sua capacidade atual em barris por dia. A minha emenda suprime a expressão 'em barris por dia', que é contra a lei. Porque não se precisa dizer qual é a unidade; eu poderia botar em metros cúbicos ou em toneladas, mas basta dizer 'sua capacidade atual'." Ele disse: "Ah, é isso?" Eu digo: "É." "Então eu

mesmo vou apresentar a sua emenda como minha." Chegou lá, pediu a palavra ao presidente e disse que fazia dele a minha emenda. Então foi aprovada. A última emenda ao projeto da Petrobrás, foi uma emenda de redação feita por mim - vocês, se procurarem, vão descobrir isso lá.

Devo dizer que duas pessoas com quem eu me dei bem na Câmara, embora as posições, vamos dizer, políticas não fossem coincidentes, uma delas foi o Capanema - eu gostava muito do Capanema, Capanema batia muito papo comigo nos corredores e tal - e a outra foi o Nereu Ramos. Por incrível que pareça, o Nereu Ramos, nessa história da tentativa de cassação porque eu teria dito que eram traidores, ele me defendeu, foi ele que resolveu o caso. De modo que ele se manteve com uma posição... Ele era um homem de direita, não era a favor do monopólio estatal, criou umas dificuldades, mas tinha uma certa honestidade.

J.D. - E seu episódio com Carlos Lacerda?

F.C. - Meu episódio com o Carlos Lacerda está descrito no livro da Maria Augusta*, ela transcreveu os dois artigos. O episódio com Carlos Lacerda foi o seguinte: ele começou escrevendo no jornal Diário de Notícias, se não me engano, ou no Correio da Manhã, não me lembro bem...

P.R. - No Correio da Manhã.

F.C. - ... "Guia do petróleo para leitores assíduos", onde defendia as teses do Juarez com estatísticas e dados numéricos inteiramente errados, faltando até zeros. Eu não acredito que tenha sido propriamente uma desonestidade dele de chegar a esse ponto de cortar zeros, mas enfim, ele defendia aquilo. Então eu escrevi uma série de artigos no

* O petróleo é nosso - A luta contra o "entrequismo pelo monopólio estatal.

Jornal de Debates - contestando a opinião dele. E ele ficou uma fera, começou a me chamar de engenheiro à cata de notoriedade a curto prazo e foi lá no Conselho do Petróleo perguntar ao Fleury da Rocha e ao Avelino Inácio de Oliveira o que eu fazia quando era do Conselho do Petróleo. Eles contaram o que eu fazia e, no papo, entre outras coisas, disseram que eu achava muita graça nos despachos do juiz Ribas Carneiro - era um juiz que dava uns despachos muito engraçados. Então ele botou: "O engenheiro Lobo Carneiro, à cata de notoriedade, seu trabalho no Conselho do Petróleo consistia em ler diariamente os despachos do juiz Ribas Carneiro para comentar na hora do café e tal." Enfim, vivia, assim, me atacando.

Um belo dia, Carlos Lacerda me telefonou convidando-me para ir aos Estados Unidos representando o jornal dele numa comissão de jornalistas que a Standard Oil tinha convidado para visitar todas as suas instalações para comprovar que a melhor solução era a solução do Juarez etc. O capitão Ibá Meireles, já general, tinha indicado a ele o meu nome, e eu tinha dito: "Mas eu tenho brigado com ele pela imprensa." "Mas é até bom, porque dá uma demonstração de..." Então recebi aquele telefonema: "Aqui fala o Carlos Lacerda." Eu fiquei meio irritado com aquilo: um homem que vivia me agredindo, de repente me convida para representar o jornal dele na... Eu digo: "Olha, acho que seu convite é uma tentativa de me desmoralizar. Não posso aceitar uma coisa dessas, minha posição é oposta. Depois, eu não vou ver nada de mais." Ele disse que eu ia conhecer todas as instalações. Eu digo: "Eu vou ver refinarias... Já visitei muitas refinarias, sei como são, não tem nada de novo eu visitar ou-

tras refinarias. De modo que eu não aceito, não."

Bom, houve um ato público em Niterói, eu contei esse fato e um jornalista da Imprensa Popular noticiou - sabe como é jornalista, não é? Eu não digo que ele tenha torcido as minhas palavras, mas ele noticiou de maneira um pouco tendenciosa. Eu não disse, nem ele botou no jornal, que o Carlos Lacerda tinha querido me subornar, mas a maneira como ele botou se prestava a isso. Então o Carlos Lacerda escreveu um artigo que se chamava: "Nem lobo, nem carneiro, apenas mentiroso". Disse que eu tinha pregado uma mentira ao dizer que... - está tudo escrito no livro da Maria Augusta. Então fui com o general Felicíssimo Cardoso ao Orlando Dantas, diretor do Diário de Notícias, que havia publicado o artigo, e o Orlando Dantas me autorizou a fazer uma resposta - "Nem lobo, nem carneiro, apenas mentiroso" não foi publicado na Tribuna da Imprensa, porque Lacerda ainda estava fundando a Tribuna. Então saiu a minha resposta - está tudo transcrito no livro da Maria Augusta. Foi isso.

J.D. - Outro episódio que ainda fica meio controvertido foi a ruptura do Matos Pimenta com a campanha em 1949, e depois a volta.

F.C. - É, não, ele não voltou nunca. Ele voltou a campanha, mas não ao Centro.

J.D. - Mas o senhor voltou a escrever no Jornal de Debates!

F.C. - Voltei a escrever no Jornal de Debates, exatamente. Agora, esse é um assunto muito delicado. Você sabe que na Campanha do Petróleo foram cometidos muitos atos que eu chamaria de sectarismo, de exagero, de excesso, compre-

ende? Acho que nesse caso houve culpa dos dois lados: houve culpa de muitos membros do Centro do Petróleo, que começaram a tomar posições um tanto sectárias, por exemplo, misturando a Campanha do Petróleo com o Movimento de Defesa da Paz. Era difícil fazer aqueles generais aceitarem. Eles estavam combatendo a tese entreguista. De repente uma campanha contra a bomba atômica, o Apelo de Estocolmo em defesa da paz... Estava na cara que era difícil! Mas havia aquela de forçar para misturar as coisas. E, mesmo dentro do petróleo, havia divergências. Então o Matos Pimenta era um temperamento muito exaltado. Vocês conheceram o Matos Pimenta?

P.R. - Não o conheci pessoalmente.

F.C. - O Matos Pimenta era um homem que, de repente, começava a falar gritando, e era capaz de falar uma hora seguida sem lhe dar oportunidade de dizer nada. Ele defendia a Campanha do Petróleo, era socialista, o lema do jornal dele era: "Não concordo com uma palavra do que dizeis, mas defenderei até com o risco de minha própria vida o direito que tendes de dizê-la." (Voltaire) - era o lema do Jornal de Debates. E no jornal dele, a gente dizia o que queria. Mas ele entrou com um artigo e retirou-se do Centro do Petróleo nessa época. Eu acho que houve culpa das duas partes. Não sei, nesse ponto eu não... Quando a Maria Augusta escreveu o livro, eu até aconselhei-a: "Não mexe muito nesse assunto, porque houve culpa dos dois lados." Eu vou dar um exemplo: a lei da Petrobrás que saiu não foi 100%, quer dizer, a Petrobrás não saiu perfeita como a gente queria; a distribuição ficou fora do monopólio. Não saiu perfeita. Eu mesmo, na minha declaração de voto, disse que não era ainda o nosso ideal, mas

já era uma grande vitória. Nessa época, houve umas convenções regionais do Centro do Petróleo, em que adotaram a seguinte tese: é uma afronta ao povo brasileiro a aprovação do projeto da Petrobrás. E criaram o Dia Nacional de Repulsa à Petrobrás. Eu digo: "Mas isso é um absurdo! Foi uma vitória enorme que nós tivemos!" Mas isso foi corrigido. Por ocasião da convenção nacional, uma declaração da diretoria do Centro do Petróleo reconhecendo que, embora ainda com defeitos, a Petrobrás representava uma grande vitória parcial. Foi corrigido. Mas houve um episódio desse tipo, quer dizer, havia certas manifestações de sectarismo que prejudicavam a campanha. Eu acho que na saída do Matos Pimenta, não há dúvida nenhuma, houve erros de lado a lado, houve erros de lado a lado. A gente explica o erro pela força da campanha, pelo entusiasmo. Mas houve erros de lado a lado, houve erros de lado a lado.

P.R. - Dr. Lobo, quando as lideranças partidárias se reuniram com o Capanema para chegar a uma conclusão do texto final da lei...

F.C. - Olha que não foram lideranças partidárias.

P.R. - Foram apresentações partidárias, não é isso?

F.C. - Foram lideranças dos grupos dos partidos que apoiavam o monopólio estatal. A parte dos partidos que não defendia, não tomou parte nessa história. Foi ele só, o Capanema, falando em nome da maioria. Ele era o líder da maioria.

P.R. - Quando isso ocorreu, o projeto já tinha retornado do Senado?

F.C. - Não, não, ele estava na Câmara. E foi modificado de acordo com esse acordo. Então o projeto que saiu da

Câmara estava bom, relativamente bom. É a atual lei da Petrobrás.

P.R. — Exato. E foi para o Senado.

F.C. — Foi para o Senado, e no Senado recebeu a emenda do senador Oton Mäder, depois substituída pela do Ismar de Góis, que equivale aos contratos de risco.

P.R. — A Emenda 32.

F.C. — É, a Emenda 32. Então, quando a Emenda 32 voltou à Câmara, foi fragorosamente derrotada. Inclusive o próprio Capanema se manifestou contra essa emenda. Ele disse que admitia que fossem contratadas empresas especializadas para o serviço técnico — uma empresa de perfuração americana, inglesa ou o que fosse para perfurar poços; mas contratar uma empresa para pesquisar petróleo, ficando com direito a participar da produção se encontrasse petróleo, isso não seria um contrato, já seria uma concessão. Quer dizer, o próprio Mangabeira* combateu. Então essas emendas do Senado voltaram à Câmara — eu não estava mais na Câmara, já tinha...

P.R. — Porque ela foi examinada por uma comissão especial de deputados.

F.C. — É, e foi derrotada. Fragorosamente. Nesse intervalo, foram feitas novas reuniões do Centro do Petróleo nos estados combatendo essa emenda. E foi por ocasião da derrota dessa emenda que houve aquela correção, que o Centro se manifestou, considerando que a lei da Petrobrás, tal como acabava de sair, derrotadas as emendas do Senado, era uma vitória parcial da campanha, quer dizer, corrigindo uma certa posição sectária de dizer que era uma afronta ao povo brasileiro, só porque tinha defeitos, falhas.

* Engano do entrevistado; ele se referia à oposição de Capanema à Emenda 32.

J.D. - O senhor teve uma participação muito intensa na mobilização popular, esteve inclusive no comício em Santos onde morreu o Deoclésio Santana...

F.C. - Não, eu não estive nesse comício.

J.D. - O senhor podia contar para nós como foi essa experiência, como foi a campanha de mobilização?

F.C. - A primeira experiência que nós tivemos foi na Cinelândia. Houve um ato público na ABI, em que estavam presentes os generais presidentes de honra do Centro, e um dos participantes, alguém da platéia propôs que, terminada a sessão, as flores que estavam na mesa fossem levadas à estátua do Floriano. Acontece que os três generais, o general Horta Barbosa, o Raimundo Sampaio e o Leitão de Carvalho, eram daquela ala do Exército - eu não vou dizer positivista, porque o Leitão de Carvalho não era, o Horta Barbosa era um pouco - que já tinha sido muito influenciada por Benjamim Constant. E essa pessoa dizia: "A estátua do Floriano" - na Cinelândia. era a estátua do Floriano. Então eles aceitaram. Terminada a sessão, fomos com os generais na frente e colocamos as flores lá. Nesse momento chegou uma tropa de choque da polícia especial e começou a fazer ameaças. Então todo mundo se reuniu, ficou assim... mas eles chegaram a fazer alguns espancamentos. Um filho do general, meu primo - eu esqueci de dizer que o general Horta Barbosa era meu primo, por isso é que ele disse que confiava em mim, que me conhecia desde criança -, que era oficial do Exército, capitão - se não me engano hoje ele é coronel -, Luís Augusto Horta Barbosa, se dirigia para a praça Floriano, e por acaso passava ali um daqueles veículos da polícia do Exército, não sei, um veículo militar. Ele então disse: "Olha, três generais es-

tão sendo ameaçados de agressão aqui pela Polícia Militar." Pouco tempo depois, uns 15 minutos depois, a praça foi ocupada pelo Exército, e a Polícia Militar se retirou. Isso foi uma experiência, foi uma das coisas que deu mais propaganda à Campanha do Petróleo, porque no dia seguinte foi assunto da manchete de todos os jornais. Agora, depois disso, em grande parte dos comícios de que participamos, havia sempre a ameaça de dissolução pela polícia.

No comício de Santos... eu não cheguei a estar no comício de Santos. Desci com Valério Konder, já falecido, de São Paulo para ir ao comício mas, quando chegamos, já estava o cheiro de pólvora, o comício já havia sido dissolvido. No dia seguinte, soubemos pelos jornais que o presidente da Comissão de Defesa do Petróleo de Santos, que era o presidente do Sindicato dos Alfaiates, tinha sido morto. Tinha sido morto. Quer dizer, estivemos pertinho, chegamos ainda a ouvir a metralhadora, quando chegamos estava aquele cheiro de pólvora, ele tinha sido morto.

Houve esse episódio. Elhouve outros em que a gente teve que correr da polícia, teve que encerrar o comício rapidamente para ele não ser dissolvido... Isso foi o histórico de todas essas lutas populares. Havia esse problema. E havia o problema pessoal. Por exemplo, quando fui fazer a campanha no Nordeste, fiz conferências no Nordeste, um dos governadores telegrafou ao presidente Dutra dizendo que havia estado lá um funcionário público fazendo pregações subversivas. O presidente Dutra telefonou então para o meu chefe, no Instituto de Tecnologia, o professor Paulo Sá, que era um homem que sempre me deu todo apoio, embora fosse muito católico - eu não era católico, era de

origem positivista, e o Paulo Sá foi inclusive um dos fundadores da PUC. Ele me disse: "Olha, peguei no telefone, e disseram: 'Quem fala aqui é o presidente Dutra'." O próprio presidente Dutra, ele em pessoa, presidente da República, havia telefonado para o Paulo Sá exigindo que eu fosse demitido, porque ele tinha recebido uma denúncia de que eu tinha ido fazer pregação subversiva no Nordeste. Aí ele disse: "Eu vou verificar, presidente. Deve haver engano, porque ele é um dos nossos melhores técnicos, eu respondo por ele. Mas vou verificar." Aí me chamou e disse: "Olha, o negócio é esse: o Dutra telefonou, e eu já preparei a resposta. Vou mandar dizer a ele que o que o senhor fez no Nordeste foi defender uma tese, que aliás também é defendida pelo ex-presidente Artur Bernardes." Então mandou um ofício do instituto e o Dutra com isso se acalmou. Mas eu tive muitos transtornos na minha carreira por causa disso, não vale a pena falar, mas tive muitos transtornos na minha carreira por causa disso. Essa campanha popular foi muito perseguida! Alguns estados mais, outros menos, não há dúvida. Enfrentando polícia, enfrentando...

J.D. - Até o Juscelino fechou um centro estadual!!

F.C. - Juscelino? Lá em Minas? Disso eu não me lembro, não. Sei que ele fechou a Liga de Emancipação Nacional.

J.D. - Exatamente, a Liga de Emancipação Nacional.

F.C. - Eu até reclamei do dicionário editado pela Fundação Getúlio Vargas, porque tem lá um verbete sobre a minha pessoa em que, em primeiro lugar, parece, assim, que eu morri logo depois da campanha - eu continuei existindo e ele não deu continuação; em segundo lugar, termina dizendo que

o presidente Juscelino dissolveu a Liga - não havia necessidade de dizer isso, o presidente Juscelino tinha muitas coisas boas, então, por que dizer? Foi uma fraqueza dele, ele atendeu a uma exigência não sei de quem, do Conselho de Segurança Nacional, e dissolveu a Liga de Emancipação. Nessa época eu não estava no Brasil, estava no exterior. Então, se ele fechou um centro do petróleo, eu não sei, mas que houve muitas violências, houve.

Quando o Matos Pimenta brigou com o Centro, o Centro criou um jornal chamado Emancipação, do qual eu era o redator-chefe e o atual reitor da nossa universidade, Horácio Macedo era o secretário. E, uma ocasião, também houve perseguições. Eu me lembro que denunciei na Câmara torturas infringidas a um representante do jornal Emancipação na Bahia. O primeiro presidente do jornal foi o general Carnaúba, depois o general Felicíssimo Cardoso. Outro ponto também que esqueci de falar é que o presidente do Centro do Petróleo de São Paulo era irmão do general Felicíssimo Cardoso, o general Leônidas Cardoso, pai do senador Fernando Henrique.

J.D. - Ele era tesoureiro do Centro.

F.C. - Era tesoureiro.

P.R. - Dr. Lobo, quando houve a sanção da lei, o senhor já não estava mais na Câmara, não é?

F.C. - Não, não estava mais na Câmara, estava de novo no Instituto Nacional de Tecnologia, trabalhando em saís de pontes, estruturas etc.

J.D. - E o senhor participou do Plano prático para a solução do problema do petróleo feito em 55 pelo Congresso Nacional de Defesa do Petróleo?

F.C. - De todos eles eu participava, porque eu era o chefe da comissão de estudos.

J.D. - O senhor se recorda desse, em particular?

F.C. - Mais ou menos. Todos esses planos eram para mostrar uma coisa que o general Horta Barbosa já tinha afirmado nas conferências dele: que era viável. Porque diziam que nós não teríamos capitais, ou que não teríamos possibilidade de comprar os equipamentos. Então os planos consistiam em mostrar com cifras que era viável. E a prática mostrou, de fato, que era viável. Então eu participei. Toda essa parte técnica, assim, que tinha cifras etc, era comigo.

P.R. - Aquele dispositivo da mensagem inicial do Getúlio, segundo o qual os 49% restantes não subscritos pelo Estado seriam disputados nas bolsas de valores por pessoas físicas e jurídicas brasileiras...

F.C. - Só por pessoas jurídicas brasileiras. Pessoa jurídica brasileira é qualquer empresa organizada no Brasil. Pode ter todos os seus acionistas estrangeiros, 100%.

P.R. - Companhias estabelecidas aqui. Agora, nesse acordo com o Capanema, isso foi eliminado?

F.C. - Foi eliminado.

P.R. - Hoje ainda há possibilidade de compra de ações da Petrobrás na Bolsa, não é? Mas não dá direito a voto.

F.C. - Mas não por pessoas jurídicas brasileiras.

P.R. - Só pessoas físicas?

F.C. - Só.

P.R. - Sem direito a voto?

F.C. — Sem direito a voto. São ações preferenciais. Sem direito a voto. Mas o que havia de grave é que as debêntures, as obrigações, também podiam ser compradas por pessoas jurídicas, e dizia ainda que "poderão ser transformadas em ações, conforme for determinado em lei". Quer dizer, poderia haver uma lei estabelecendo como uma debênture poderia ser transformada em ação. O projeto era muito cheio de brechas que, segundo o Rômulo de Almeida e o Jesus Soares Sampaio...

P.R. — Jesus Soares Pereira.

F.C. — ...Soares Pereira eram para dar... — como é que diziam?

J.D. — Flexibilidade.

F.C. — ...flexibilidade à empresa. Que era preciso ter campo de manobra para fazer concessões conforme o que ocorresse no futuro. Não era possível trabalhar com uma empresa muito rígida. Essa era a explicação que eles davam. E ficou fora do monopólio estatal a distribuição em grosso, que hoje em dia é exercida em grande parte pela própria Petrobrás...

[FINAL DA FITA 2-A]

F.C. — É em... pela Petrobrás Distribuidora, mas o resto é distribuído pela Esso, pela Shell, pela... enfim, gasolina que é produzida aqui. No mesmo tanque da Duque de Caxias vai um caminhão da Standard, pega gasolina, outro da Shell, pega gasolina, outro da Texaco, pega gasolina, e cada um revende no seu posto com um nome: Super Esso, super isso, super aquilo. E não há nenhuma razão, porque

é produzida pela Petrobrás, e o petróleo bruto importado não é fornecido por essas empresas, não é fornecido por essas empresas. Então, estamos dando de mão beijada uma boa fatia do mercado a essas empresas. A produção* em grosso deveria ser exercida pela Petrobrás. Os postos de gasolina, não, devem ser concessionários, porque aí seria burocratizar tudo. Cada posto de gasolina é um posto particular, tem o seu concessionário etc. Mas a distribuição em grosso deve ser feita pela Petrobrás.

Outra coisa são as ações que ficam sendo jogadas na Bolsa, que eu acho que também não é conveniente para a empresa, nem é necessário. Isso não representa nada nos fundos da Petrobrás, não contribui em coisa nenhuma, é um jogo de bolsa, passa de um para outro... Não representa nada, não pesa no capital inicial da Petrobrás, e atualmente é apenas uma transferência de umas pessoas para outras, um jogo de Bolsa.

J.D. - Nós gostaríamos, para encerrar, que o senhor descrevesse sua experiência atual na elaboração de projetos para plataformas e no relacionamento entre a UFRJ, particularmente a Coppe, e a Petrobrás.

F.C. - Eu digo o seguinte: eu era pesquisador técnico do Instituto Nacional de Tecnologia, e o meu ramo sempre foi estruturas. A fase em que estudei engenharia química, engenharia do petróleo, foi só aquele período de 39, 40, em que estive no Conselho Nacional do Petróleo. E voltei às estruturas. Eu me aposentei no Instituto de Tecnologia, depois de 35 anos de serviço, computado o tempo de serviço

* Distribuição, e não produção.

militar, e em dobro a licença prêmio, quer dizer, depois de 33 anos de serviços efetivos eu me aposentei no Instituto de Tecnologia e entrei para a universidade a convite do professor Coimbra. Aqui na Coppe eu fui incumbido de organizar o curso de pós-graduação de engenharia civil, para mestrado e doutorado. Fui coordenador desse programa de pós-graduação durante 14 anos.

Nesse intervalo, quando surgiram as primeiras descobertas de petróleo na plataforma continental, surgiu a oportunidade de uma cooperação técnica entre a universidade e a Petrobrás. Na Coppe, o professor Ferrante, que é um professor argentino que estava radicado no Brasil e tinha tomado parte nos Estados Unidos, no MIT de Boston, da elaboração de programas de computador que podiam ser utilizados para análise de estruturas off-shore, se fossem completados. Então, completamos esses programas. Os programas de computador que a Petrobrás tem, que ela usa para análise de projetos de estruturas off-shore, foram todos feitos aqui na Coppe. Criou-se, assim, uma cooperação entre a Coppe e a Petrobrás, e eu vim a ser designado coordenador desse grupo. Nós temos trabalhado, já fizemos inclusive seis simpósios internacionais sobre estruturas off-shore - são simpósios internacionais, vem gente do mundo inteiro. Os (inaudível) proceedings são editados em Londres, e com isso a gente tem mais uma oportunidade de absorver tecnologia. Nós fazemos para a Petrobrás programas de computador, provas de cargas de plataformas off-shore, fazemos análise de projetos de plataforma off-shore, estudos de fadiga, análise de proteção catódica contra corrosão, enfim, temos uma... Nós não fazemos propriamente projetos de plataforma; cooperamos com a Petrobrás na análise dos pro

jetos e no estudo do comportamento dessas plataformas ao longo do tempo. Nós instrumentamos as plataformas, registramos a resposta da plataforma à reação das ondas, analisamos aqui, enfim, temos uma cooperação técnica muito grande com a Petrobrás. Nessa cooperação entre a Coppe - como membro, como depar, como parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro - e a Petrobrás, estão envolvidas aqui mais de 50 pessoas, entre professores e técnicos de nível médio e de nível superior. Então nós temos esse programa.

J.D. - Comparativamente às outras empresas e à situação mundial, o senhor acha que a Petrobrás...?

F.C. - A Petrobrás, hoje em dia, é considerada empresa pioneira. Ela foi pioneira. A produção de petróleo no mar começou no mar do Norte, com ingleses e noruegueses. Mas quando se descobriu petróleo aqui na bacia de Campos, a Petrobrás se tornou pioneira no que se chama produção antecipada. Quer dizer, dada a premência que tínhamos com a crise do petróleo, ela começou a produzir petróleo mesmo antes de ter as estruturas off-shore construídas, por um sistema antecipado, um processo antecipado no fundo do mar. Ela é considerada internacionalmente como pioneira. E atualmente ela é pioneira em profundidade de água, em lâmina d'água; o poço mais profundo do mundo, não a profundidade do poço, mas da água, é da Petrobrás. E os campos de petróleo mais profundos do mundo são os campos que ela acaba de descobrir na bacia de Campos, sendo que um deles é o maior campo gigante submarino do mundo. Quer dizer, são campos comparáveis aos que existem na Arábia Saudita. É uma coisa realmente impressionante! A Petrobrás vai começar agora a produzir petróleo em campos a 400, 500, 600, 800 m. de profundidade - o que existe de mais fundo no

mundo é no Texas, 360 m de profundidade. Então, realmente, ela é pioneira, é considerada como tal mesmo, uma das mais importantes empresas de petróleo do mundo. Não é exagero se dizer isso, não! É de fato! Em qualquer lugar que você vá num congresso em Houston, no Texas, está lá a Petrobrás como uma das grandes empresas de petróleo do mundo. Já fabricamos, inclusive, aqui no Brasil plataforma para Angola.

P.R. — Nessa pesquisa realizada na bacia de Campos, na faixa submarina, a tecnologia utilizada pela Petrobrás, foi absorvida ou foi criada por ela?

F.C. — Em grande parte foi absorvida da tecnologia dos noruegueses do mar do Norte. E em grande parte, também, foi criada, porque a Petrobrás tem contribuições suas. Mas a maior parte foi absorvida da experiência dos ingleses e noruegueses no mar do Norte — principalmente dos noruegueses.

P.R. — A Petrobrás tem projeto próprio, tem tecnologia própria também na área de exploração do xisto betuminoso, não tem, dr. Lobo?

F.C. — É, mas eu não sou um grande entusiasta dessa história de xisto, sabe? O xisto foi usado muito até como campanha diversionista contra o petróleo: "A solução do Brasil é o xisto betuminoso." A quantidade de pedra que se tem que britar para tirar um pouquinho de petróleo é um negócio assombroso! Quer dizer, você vai ficar com montanhas de pedras! Em nenhum lugar do mundo, mesmo na União Soviética que citam, o xisto betuminoso é apenas usado para coisas locais, não para resolver o problema de um país.

Houve muito mito na história do petróleo. Eu não falei sobre isso, mas peguei muito essa parte, a fase mitológica da Campanha do Petróleo. Há uma grande diferença entre o Oscar Cordeiro e o Monteiro Lobato, compreendeu? O Oscar Cordeiro, eu já contei a história dele. O Monteiro Lobato nunca foi a favor do monopólio estatal. Eu sei disso porque... Olha, tem esse artigo que eu publiquei na Fundamentos, revista número um, redator-chefe Monteiro Lobato, ele não queria que publicasse o artigo, porque defendia a tese do Horta Barbosa. Ele queria a exploração do petróleo por empresas brasileiras, inclusive, vamos dizer, incorporadas por ele próprio. Ele incorporou umas duas ou três, porque vendia ações em toda a parte, a empregadas domésticas, a gente humilde. E ele abusava um pouco de dizer que havia petróleo, inventou petróleo em lugares onde nunca ninguém descobriu: nem a Petrobrás, nem a Paulipetro - a Paulipetro insistiu lá e não descobriu. Mas ele teve a qualidade de agitar o problema. Na realidade o que ele queria era a exploração através de uma empresa desse tipo. Então, quando veio o general Horta com o monopólio estatal, entraram um pouco em choque. Eu conheci o Monteiro Lobato numa sala do Conselho do Petróleo tentando regularizar a situação de sua empresa, a Empresa Brasileira de Petróleo, que era irregular, incorporação dela estava toda irregular. Então, para ela ter a lavra - nesse tempo a lavra ainda era concedida a empresa constituída de brasileiros natos -, o general cedeu a ele uma sala e uma mesa enorme: "O senhor põe todos seus papéis aqui, leva o tempo que quiser, mas tem que regularizar." E ele não conseguiu regularizar, porque fazia tudo de uma maneira muito pitoresca. Então passou a escrever artigos contra o

general, foi condenado e preso, mas o general foi ao Getúlio e pediu para mandar soltá-lo. Ele esteve preso - eu me lembro disso - e o general foi ao Getúlio e disse: "Presidente, mande soltar esse homem. Ele escreveu artigos contra mim, mas não é para ser preso por causa disso!" Foi preso.

P.R. - No tempo do Estado Novo.

F.C. - É, no tempo do Estado Novo. O Oscar Cordeiro era um caso diferente. Mas havia os mitos. Um dos argumentos usados pelo próprio Monteiro Lobato, por exemplo, era o seguinte: "O Brasil é um país cercado de países cheios de petróleo. Não é possível que Deus tenha feito isso! Onde tem a fronteira brasileira, é como ter uma cerca: do lado de lá tem petróleo, do lado de cá não tem." Bom, em primeiro lugar, não é verdadeiro que o Brasil seja cercado de países que têm petróleo. O petróleo da Venezuela está no lago de Maracaibo, não está na nossa fronteira. O Equador e a Colômbia sempre foram fraquíssimos produtores de petróleo, nunca conseguiram ter uma produção importante, são inteiramente sem. Na Argentina, o petróleo não é na nossa fronteira, o petróleo da Argentina é em Mar del Plata, na Patagônia. Então não há essa história de cerca. E depois tem o seguinte: o Brasil está cercado de países que têm grandes terremotos. Por que não tem terremoto no Brasil? É o mesmo argumento, não é? Parece que é uma heresia em geologia a gente dizer isso, mas há uma certa coincidência entre países que têm grandes terremotos e países ricos em petróleo, pelo menos no continente americano, onde os países que são sujeitos a grandes terremotos coincide serem os países que têm petróleo - a Venezuela etc. A gente poderia contra-argumentar dizendo: "Não, o

Brasil está cercado de países que têm grandes terremotos e não tem". Então esse fato não serve como argumento, não é prova de que o Brasil tenha petróleo.

Outro fato é o seguinte: todas as vezes que se fura um poço, surge a história de que puseram cimento para tapar o poço. Eu discuti muito na Campanha do Petróleo e consegui não deixar sair esse argumento. Não existe nenhum poço de petróleo que não seja cimentado. Quando você fura um poço de petróleo, você fura o poço com uma sonda rotativa, o poço é mantido cheio de uma lama pesada, para impedir as paredes de terra desmoronarem e ele ficar obstruído. Aí você introduz dentro do poço um revestimento metálico, um tubo metálico de 80 cm ou mais de diâmetro, telescópico, vai introduzindo esse tubo metálico, depois tem que tirar a lama, e o petróleo vai ter que entrar dentro desse tubo metálico para ser aproveitado. Então, a primeira coisa a fazer é injetar cimento bem líquido dentro desse tubo por meio de um êmbulo, empurrar esse cimento para ele entrar entre a parede e a terra; ele não fica dentro do poço, fica entre a parede e a terra, que é para aquele revestimento metálico ficar protegido e impedir inclusive a comunicação de um horizonte de petróleo e o petróleo começar a exsudar para cima sem ser pelo poço. Depois que tudo está cimentado - a cimentação do poço é uma operação normal -, você chega na altura onde tem o horizonte de petróleo e perfura tanto o metal como o cimento com tiros de uma espécie de revólver, um tubo cheio de balas, balas grandes, e o petróleo começa a fluir para dentro do poço, não sobe mais entre a parede. Então essa operação de cimentar é normal, mas criou-se aquela história: todas as vezes que viam essa operação sendo feita, come-

çavam a haver as denúncias: "Descobriram petróleo e puseram cimento para esconder!" Eu chamo isso a fase mitológica.

Quando eu era presidente da comissão de estudos eu dizia: "Não vamos usar esse tipo de argumento, porque não é nisso que está a verdade. A gente tem outros argumentos para usar." E havia também muita confusão de ocorrência de turfa com petróleo. Vocês sabem o que é a turfa, não é? É um material combustível, impregnado em coisas betuminosas, algo parecido com carvão, mas meio oleoso, que existe muito aflorando na terra, o que não significa que exista petróleo lá em baixo. Muita gente confundia a presença de turfa com grandes jazidas de petróleo. Então ia lá a Produção Mineral* - não era 100% flor que se cheirasse, não, tinha gente ruim lá, mas o sujeito às vezes era honesto, furava o poço, não tinha, então dizia: "Como não tem? Está comprado pelos trustes." Esse tipo de argumento nós não usávamos na Campanha do Petróleo. Houve então essa fase mitológica. Não sei mais onde eu estava, eu me perdi. O que eu estava falando?

P.R. - O senhor tava falando dos mitos da campanha.

F.C. - Ah, dos mitos da campanha. Era isso mesmo, os mitos da campanha eram em torno disso. Então, na realidade, o que se revelou na prática é que a riqueza petrolífera do Brasil está no mar. Não está onde os pioneiros diziam, no Riacho Doce, em São Paulo, em São Pedro, porque a Petrobrás furou, furou e não encontrou grande coisa. Está no mar.

* Refere-se ao DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral.

Eu estive em Alagoas com um senhor, que me contou a história dele. Ele disse: "Fui um dos grandes entusiastas da Campanha do Petróleo. Como entusiasta empregado da Petrobrás eu me engajei em equipes de perfuração de poço. A Petrobrás começou a fazer perfurações ali na região de Sergipe e Alagoas, e durante cinco anos eu trabalhei nisso. Mas era uma coisa deprimente, porque a gente furava e não dava nada, e não dava nada, furava e não dava nada... Eu fiquei num estado de espírito de uma depressão tremenda, que aquele meu entusiasmo... Furava e não dava nada, furava e não dava nada... Então houve uma reunião aqui em que veio um especialista que nos disse o seguinte: 'Olhem, na realidade o que tem aqui em Alagoas e Sergipe é um rabinho de campos de petróleo que estão no mar, de modo que não adianta ficar furando aqui, porque não vai dar'. - naquele tempo não havia ainda tecnologia off-shore. 'Só no dia em que se puder furar no mar, aí sim é que se vai achar o petróleo.'" E realmente isso foi confirmado: o petróleo está lá no mar, assim como aqui na bacia de Campos. Quer dizer, as nossas jazidas estão na plataforma continental, o que não significa que não se venha a encontrar outras, acabaram de encontrar em Urucum na Amazônia. Mas estão realmente no mar. O poço no mar é caríssimo, mas em compensação esses poços das nossas jazidas na plataforma produzem como nos poços da Arábia Saudita: existe ali muita jazida do petróleo impregnado em calcáreo fissurado, ao passo que o petróleo em terra está em rocha porosa, como se fosse um filtro. Então a produção média de um poço de petróleo na Bahia, por exemplo, é de cem barris por dia, um poço. Nos Estados Unidos, a produção média dos poços é de 50 barris ou menos por dia. A produção média dos po-

ços da Arábia Saudita é de três mil para cima, tem poços de cinco mil, de dez mil barris por dia, um poço. Pois bem, os nossos poços da plataforma continental são dessa ordem de grandeza, três mil, cinco mil barris por dia. Então um poço na plataforma custa caríssimo, mas vai produzir tanto quanto 30 ou 50 poços em terra, e isso compensa o poço. Por isso o custo da produção do petróleo na bacia de Campos é um custo barato, inferior ao preço internacional, dá muito lucro para a Petrobrás. Então isso é muito importante. Terminou? Vocês querem fazer mais alguma pergunta?

P.R. — Nós o deixamos à vontade para acrescentar qualquer coisa que tenha escapado à nossa indagação.

F.C. — Estou vendo as minhas notas para ver se faltou alguma coisa. Acho que a gente correu mais ou menos o assunto em geral.

P.R. — É, porque cobrimos a fase do Conselho, a fase da campanha e, posteriormente, da própria seqüência dos trabalhos da empresa após a sua implantação, como essa que o senhor acabou de formular agora, que é a pesquisa na plataforma submarina.

F.C. — Eu acho o seguinte: que a perspectiva da Petrobrás é de auto-suficiência dentro de poucos anos. A Petrobrás tem muita prudência em proclamar as coisas, porque já teve muita coisa que ela proclamou, não confirmou depois e os jornais caíram em cima. Mas, na realidade, a potencialidade da bacia de Campos é muito maior do que a própria Petrobrás diz. Ela só diz quando tem muita certeza. E agora, parece que é a mesma coisa na bacia de Santos. Então a probabilidade é da auto-suficiência, não sei se até mesmo

da exportação, se interessar ao Brasil. E essa história de a profundidade ser a 800 mil metros tecnicamente é viável. É difícil, mas não há uma impossibilidade técnica; quem já fez para 300 m. faz para 800. Então a Petrobrás está desenvolvendo muito bem essa parte de estudos sobre a maneira de buscar o petróleo no fundo do mar, com plataformas de tipo especial e até com utilização de robótica, de robôs submarinos. Ela está muito bem encaminhada, ouviu? Hoje em dia a Petrobrás é respeitada no mundo inteiro, e está na perspectiva de ser auto-suficiente. Agora, eu acho que as falhas que existem são principalmente as do comércio distribuidor não ser incluído no monopólio - não os postos de gasolina, eu digo a distribuição em grosso. E esses contratos de risco não têm a menor razão de ser, esses contratos de risco têm que ser eliminados logo. O contrato de risco não funcionou, não é? (risos)

P.R. - Não produziu efeito nenhum.

F.C. - Não produziu nada. Hoje em dia eu costumo dizer - às vezes que eu digo isso, dizem que é uma heresia - que, com a força que a Petrobrás adquiriu, o contrato de risco não representa um risco tão grande, um perigo tão grande quanto representava quando ele foi colocado. Porque a Petrobrás hoje é uma empresa poderosíssima. Se algum desses contratos descobrir alguma coisa, ela tem meios, havendo uma direção honesta, de anular os inconvenientes do contrato de risco. Mas o contrato de risco é uma coisa que não deve existir, deve ser eliminado, deve ser eliminado. Embora se alegue, por exemplo, que Angola e China trabalham na base de contrato de risco. Mas Angola não tem uma empresa como a Petrobrás, então não tem outra solução; o petróleo de Angola é todo explorado por contrato

de risco - a própria Petrobrás, inclusive, parece que vai ter um contrato de risco em Angola.

P.R. - Certo. É como na Argélia e no Egito também.

F.C. - Também. No Brasil não há razão de ser para o contrato de risco. Ele surgiu naquela fase da crise do petróleo com o Dutra... O Dutra, não, o...

P.R. - Geisel.

F.C. - ...Geisel. Eu assisti à exposição que ele fez quando adotou o contrato de risco, que ele ficou com a voz embargada! Chorou.

P.R. - É, eu me lembro disso.

F.C. - Porque ele tinha sido presidente da Petrobrás, não é?

P.R. - É.

F.C. - Mas foi um erro. E não adiantou nada, não representou coisa nenhuma. Então, hoje em dia, manter um contrato de risco, não tem o menor sentido! E essas ações, por exemplo: nisso ninguém fala. Mas essas ações de jogo na Bolsa não têm o menor sentido, isso não tem a menor contribuição para a Petrobrás. É um perigo. É um perigo. Isso pode algum dia ser um perigo. É muito suspeito esse... Como é que é o nome dele? Nagi...

J.D. - Nagi Nahas.

F.C. - Outro dia veio um grande magnata, o homem mais rico do mundo, que tem um avião com um telefone de ouro, e não sei mais o quê... Como era o nome? Era o...

J.D. - Adnan Kashogi.

F.C. - Kashogi, não é? Amigo dele, os dois se banquetean-

do etc... Um homem também lá da...

J.D. - Venda de armas.

F.C. - ...venda de armas para o Irã etc. É muito suspeito esse homem ser eternamente o grande acionista da Petrobrás. Eu acho que isso devia acabar, não tem a menor razão de ser.

P.R. - Porque não acrescenta nada ao capital da Petrobrás, não é?

F.C. - Não acrescenta nada, e surge um risco aí. Surge um risco. Então não vejo motivo para isso. Quanto ao mais, acho que está bem encaminhado. O Osíris Silva é um homem com mentalidade muito empresarial, moderna, ele foi o homem do avião.

P.R. - Da Embraer.

F.C. - Ele é um grande administrador, eu o acho um dos melhores administradores da Petrobrás, mas ele, com aquela sua mentalidade, fica defendendo os contratos de risco. Ainda ontem defendeu. Disse que não tem importância nenhuma, que é mais um instrumento...

P.R. - Talvez seja fidelidade militar ao Geisel, não é? Uma coisa assim.

F.C. - Não sei. O próprio Geisel, acho que já não é mais favorável. Me disseram isso, que ele já se arrependeu: "Se eu ficar na história como o homem dos contratos de risco..." Ele quer ficar na história como homem que introduziu a Petrobrás. Isso é verdade, foi ele que criou a Petrobrás Distribuidora no comércio distribuidor.

P.R. - E esse problema das ações na Bolsa, que o senhor se referiu, para corrigir isso dependeria de uma emenda

na Câmara, não é?

F.C. — É, na lei. Na lei.

P.R. — Mas não seria agora, deveria ser posterior à Constituição, não é?

F.C. — É, não acho que seja... Eu estou dizendo coisas, assim para o futuro. Não acho que seja premente isso. Premente seria não manter os contratos de risco e incluir a distribuição — acho que a distribuição também devia ser incluída. Bom, mas na prática, a Petrobrás já está com a maior fatia, já está com mais de metade. De modo que mexer nisso agora... Realmente, é um argumento: "Vamos fazer um plano de, aos poucos tomar os 100%." "Mas não tem sentido essa distribuição! O argumento é que a distribuição fica nas mãos de empresas que nos vendem o petróleo enquanto não temos o petróleo suficiente. Mas não existe isso! Não corresponde! Não são essas empresas que distribuem que estão nos vendendo o petróleo que ainda somos obrigados a importar.

P.R. — Exatamente.

F.C. — Não tem sentido isso!

P.R. — Dr. Lobo, nós estamos muito gratos em nome da Fundação Getúlio Vargas, especificamente do Cpdoc, e também da Petrobrás, que é a nossa parceira nesse projeto. Agradecemos bastante a colaboração do senhor, que foi muito valiosa, e queríamos nos colocar à vontade para que em outras oportunidades que a solicitação ao senhor for necessária, o senhor nos conceda mais esse privilégio.

F.C. — Pois não.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

